



Governo Lula:

Uma saída neoliberal
para a crise do
neoliberalismo?

EDITORIAL

O Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos, traz, nesta semana, para a Unisinos, o professor sociólogo Francisco de Oliveira que tem suscitado uma importante discussão sobre o Brasil com a publicação do artigo *Ornitorrinco* na segunda edição do seu livro **A crítica da razão dualista**, com prefácio de Robert Schwartz. Enquanto liamos o seu artigo e reproduzimos a sua reflexão neste boletim, tivemos acesso às reflexões e ao livro de Ashwin Desai, intitulado **We are the Poors**, analisando a mudança do partido Congresso Nacional Africano e dos sindicatos, responsáveis pelo fim do apartheid racial, naquele país. Ashwin Desai é professor na Workers' College em Durban, na África do Sul. A reflexão de Francisco Oliveira e de Ashwin Desai deram origem ao tema de capa do boletim desta semana. A instigadora entrevista de Plínio de Arruda Sampaio Jr, economista, professor da Unicamp, membro do diretório nacional do PT ajuda a compreender o impasse do atual momento brasileiro. Impasse que outros países, como a África do Sul, vivem também. Buscar entender este fenômeno é o que pretendemos com este número do IHU On-Line que traz, além de outras entrevistas sobre o mesmo tema, contribuições nas editoriais "Entrevista da semana", "Artigo da Semana" e "Análise da Conjuntura". A presença de Francisco de Oliveira, tratando do tema "Perspectivas do Brasil com o

atual governo”, aqui na Unisinos, na próxima quinta-feira, certamente ajudará na compreensão dos desafios do momento político brasileiro, hoje.

Desejamos a todos e todas uma ótima semana, um feliz e merecido feriado e uma boa leitura!

AS SOCIEDADES DA EXCLUSÃO

*Reproduzimos a entrevista com Ashwin Desai, publicada no jornal Il Manifesto, em 13 de setembro de 2003. Desai é professor na Workers' College em Durban, na África do Sul, é colunista de jornais e atua em diversos movimentos sociais no seu País. Ele é autor do livro **We are the Poors** (Nós somos os pobres). Nova Iorque: Monthly Review Press, 2002. Por ocasião do lançamento do livro em italiano, ele concedeu em Roma, a entrevista a seguir. Agradecemos aos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT-, de Curitiba, a tradução da entrevista. Os subtítulos são nossos.*

Ashwin Desai é um jovem pesquisador sul-africano de origem indiana que faz de tudo, com sucesso, e quando escreve sobre movimentos sociais, globalização econômica e pobreza não pretende botar banca. Mesmo sendo professor no Worker's College de Durban, seu depoimento e suas análises são fruto da experiência pessoal como ativista. Ele acredita que a reflexão sobre a situação do mundo caminha lado a lado com a participação direta dos movimentos que surgem e se desenvolvem com o objetivo de modificar esse estado de coisas. É, portanto, um espírito “militante” que se manifesta de maneira evidente em seu livro **Nós somos os pobres**, traduzido recentemente na Itália pela Editora Derive Approdi, com uma introdução de Naomi Klein e Franco Barchiesi, jovem pesquisador italiano que viveu oito anos na África do Sul, participando das mobilizações que tiveram a periferia de Durban como protagonista. São 186 páginas, lidas de um só fôlego, que contam as alternativas do operário demitido da noite para o dia, após vinte anos de trabalho duro numa fábrica têxtil, reestruturada por não ser mais competitiva segundo os parâmetros do Fundo Monetário Internacional, ou narram as dificuldades de uma mulher obrigada a lavar a roupa branca dos “senhores” mais de vinte horas por dia e despejada por não pagar o aluguel. “A pobreza”, afirma Desai, “não é um acidente de percurso, mas uma condição estrutural do neoliberalismo.” E continua: “Engana-se quem considera os pobres como um fenômeno numericamente em expansão, mas politicamente irrelevante. Se queremos uma transformação da sociedade, temos de partir daqueles que são colocados à margem da sociedade. Suas lutas são as de quem quer transformar o mundo.”

Desai esteve na Itália para apresentar o livro – primeiro em Bolonha e depois em Roma -, e mostrou muita curiosidade e interesse pelo que acontecia no país. Estava muito bem informado sobre as iniciativas de “Mr. Berlusconi” e considerava que mereciam reflexão, pois “talvez apontassem o futuro da democracia e o seu retrocesso num regime autoritário, embora dissimulado”.

‘Global apartheid’

Il Manifesto- Em seu livro você escreve sobre “global apartheid”. O que entende precisamente por essa expressão?

Desai- O termo *apartheid* traz à mente a África do Sul e as lutas do Congresso Nacional Africano contra o regime branco de Pretória. Desde então, muitas coisas mudaram em meu país. Podemos dizer que a segregação racial acabou formalmente. Mas, se partimos das

condições de vida de milhões de homens e mulheres que vivem nas periferias sul-africanas, verificamos que a segregação e a marginalidade social são elementos constitutivos dessa sociedade. A divisão não é mais, pelo menos formalmente, entre brancos e negros, em que os primeiros têm tudo e os outros nada, mas entre ricos e pobres sem distinção de raça. O que aconteceu no meu país também ocorreu em outras partes do mundo. Nas economias neoliberais, a existência de milhões de pessoas que vivem segregadas em guetos ou nas periferias não causa escândalo. Quando falo em *apartheid* global refiro-me, portanto, aos excluídos que devem continuar a sê-lo até que o desenvolvimento econômico fique garantido. Pode parecer um absurdo, mas as decisões de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio não levam em conta a pobreza e subentendem que contra ela não existe muita coisa a fazer senão esperar que algumas migalhas do bolo cheguem aos pobres. No passado, os críticos do modelo neoliberal destacaram muitas vezes que o mundo estava dividido entre o Norte rico e o Sul pobre. Mas não podemos esquecer a existência de elites locais que garantem a aplicação das políticas neoliberais decididas em nível global. O *apartheid* assumiu uma conotação social e atinge grande parte dos países do mundo.

***II Manifesto-* O movimento de crítica à globalização econômica sempre defendeu que sua luta era a favor da vida e que a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional expressam uma cultura de morte. Porém, em Cancún, um ativista da Coreia do Sul fez um protesto radical, imolando-se. Não acha que é uma contradição dramática, de uma luta pela vida que chega ao extremo de sacrificar a própria vida?**

Desai- Mais do que uma contradição, esse gesto extremo é um sinal da situação do mundo. Simbolicamente, é um gesto que revela as conseqüências de uma política de morte. Depois de Seattle, os movimentos sociais se questionaram muito sobre as formas de luta, sobre o limite entre a vida e a morte. É bom que se tenha discutido e se continue a discutir esses temas, pois palavras como vida, morte e desobediência ou expressões como ação direta ou “tática do *black bloc*” não são palavras ou expressões vazias, mas designam problemas importantes, vitais no crescimento dos movimentos sociais e na possível mudança das sociedades onde vivemos. Fiquei chocado e senti dor com a morte do ativista de Cancún, porém achei estranho o seu gesto.

O Congresso Nacional Africano, partido de Mandela, mudou

***II Manifesto-* A África do Sul, de Nelson Mandela, foi considerada um país importante na batalha contra as patentes impostas aos medicamentos de tratamento da Aids. Em Cancún, quase não se mencionou mais essa iniciativa importante que levou o país ao tribunal contra as multinacionais farmacêuticas. O que aconteceu depois daquela decisão até hoje?**

Desai- É um ponto importante para entender como a África do Sul e o mundo mudaram nos últimos anos. Os homens e as mulheres que apoiaram a luta contra o *apartheid* nem sempre entendem por que os movimentos sociais do meu país são tão críticos em relação ao governo do Congresso Nacional Africano. Muitas vezes, são ativistas contra a globalização neoliberal e participaram das mobilizações de Seattle, Gênova e Washington, mas, quando se encontram diante de um ativista sul-africano, vivem uma verdadeira contradição: por um lado, são solidários com ele, mas não acreditam que o partido que conduziu a luta contra o *apartheid* seja o principal responsável pela implantação de políticas neoliberais. Porém, foi o próprio Congresso Nacional Africano que propôs, no parlamento, leis sobre as patentes não muito

diferentes das que a Organização Mundial do Comércio defende sobre a propriedade intelectual. Não devemos esquecer que alguns líderes da luta contra o *apartheid* foram ou tornaram-se funcionários do Banco Mundial, como Mamphela Ramphele, que foi a companheira de Steve Biko, ou do Fundo Monetário Internacional, como Trevor Manuel, atual Ministro Sul-africano da Economia.

As lutas se deslocaram da fábrica para a sociedade

II Manifesto- Como foi o sucesso das mobilizações sobre as quais você escreve?

Desai- Obtivemos vitórias, mas ainda falta muito a ser feito. Vários analistas consideravam as lutas pela moradia ou contra a pobreza como episódios efêmeros destinados a desaparecer logo. Isso não aconteceu. No início, eram mobilizações locais, circunscritas, que envolveram quase somente as comunidades das periferias em Durban, Joanesburgo e Pretória. Mas depois, alguns ativistas começaram a construir uma rede, para apoiar-se e fortalecer-se uns nos outros. Podemos dizer que agora os movimentos sociais sul-africanos transformaram-se numa presença importante em nível nacional. Sem esquecer as ligações e as relações estabelecidas em nível internacional. Como em muitos outros países, também na África do Sul grande parte dos ativistas e dos intelectuais considerava que as transformações sociais tinham como motor o sindicato ou a classe operária. Porém, era uma leitura estática da realidade sul-africana. Também entre nós, o livre comércio trouxe desemprego, fechamento de fábricas e aumento da pobreza. Assim, toda a literatura sobre a realidade social da África do Sul ficou obsoleta. Por um lado, o sindicato sul-africano administra a aplicação das políticas neoliberais, enquanto o trabalho assalariado tradicional inclui um percentual mínimo da população. Mas, enquanto isso acontecia, cresceram as batalhas das comunidades locais pelo direito à moradia, à saúde, à escola, contra as privatizações. Lembro apenas alguns dados. Existem cidades e regiões da África do Sul onde os pobres representam 60 a 70 por cento da população; muitas fábricas fecharam, engrossando o número de desempregados; o *welfare state made in* África do Sul foi praticamente desmantelado; os sindicatos operários executam, muitas vezes, políticas corporativistas, esperando que, assim, conseguirão livrar-se da tormenta neoliberal. Em outras palavras, estamos diante de uma realidade que nem sempre se consegue entender usando os modelos antigos de análise. É só tomar como exemplo as mobilizações sobre as quais escrevo. Reivindicamos o direito à moradia, quase sempre de propriedade do município, e por isso nos recusamos a pagar o aluguel, sempre que é aumentado; ou quando somos despejados; pedimos uma renda mínima para todos, trabalhadores ou desempregados, homens ou mulheres, sem qualquer distinção. Quando as instituições locais ou o governo central se recusam a atender as solicitações, colocamos em prática formas de troca não monetária ou de produção de alguns serviços em forma de autogestão. Além disso, quando o poder político cortava a luz ou a água, ativistas com as aptidões necessárias entravam em ação e religavam a água ou a eletricidade. Usando uma linguagem européia, podemos dizer que as lutas se deslocaram da fábrica para a sociedade, a comunidade. Estamos diante de uma situação inédita em relação à antiga cultura do movimento operário. Quando escrevo que os procedimentos que o movimento operário usa nem sempre ajudam a entender o que aconteceu, refiro-me principalmente ao modelo político de transformação social que é levado adiante pelo movimento operário ou pela esquerda política.

Os movimentos sociais e a ação direta

II Manifesto- Em um capítulo de “Nós somos os pobres” você conta como os moradores de uma favela alugaram carros de luxo para ir à casa do vice-prefeito e a cercaram. Pode-se dizer que, simbolicamente, os movimentos sociais querem falar a todo o mundo?

Desai- No início dos anos 1990, os movimentos sociais sempre afirmaram que era preciso negociar com as instituições. Apresentavam as reivindicações, abriam o confronto com o governo e depois era possível achar uma mediação ou firmar compromissos. Porém, há alguns anos, o caminho escolhido é o da ação direta que mencionei antes.

II Manifesto- Que relação pode haver entre a ação direta e o núcleo do poder, para transformar as relações sociais na sociedade?

Desai- Não existe uma receita pronta. No passado, nos movimentos de libertação nacional, e também no movimento operário, o esquema era simples. Tomava-se o poder e depois se mudavam as coisas. Estou convencido de que o caminho deve ser outro: a transformação não pode ser adiada para um segundo momento. Os movimentos sociais devem experimentar, desde já, novas formas de vida e novos modos de produzir a riqueza. No meu país, alguns expoentes do Congresso Nacional Africano rebatiam nossas críticas afirmando que tudo acontecia, porque a África do Sul era uma democracia jovem e, com o tempo, algumas coisas não sucederiam mais. Basicamente, pediam que tivéssemos paciência. Ficamos surpresos com as declarações do Primeiro-Ministro italiano, Silvio Berlusconi, sobre o fascismo e Mussolini. Não só porque reabilita Mussolini, mas porque estamos assistindo ao surgimento de um autoritarismo dissimulado. Portanto, o problema não é se a democracia é jovem ou madura. O problema são os riscos sempre presentes de um retrocesso autoritário.

O estado-nação como obstáculo

II Manifesto- Ninguém pede receitas. Então é o nó do poder que deve ser desatado...

Desai- Concordo, mas não podemos esquecer que, durante muitos anos, alguns sentavam-se à mesa e elaboravam planos sobre como mudar o mundo. Dou um exemplo que animou o debate nos movimentos sociais da África do Sul e se refere ao papel dos movimentos de libertação nacional e do estado-nação. Estou obviamente convencido de que os movimentos de libertação tiveram um papel importante, mas também tenho a convicção de que nem tudo se esgota com a conquista do poder. Por exemplo, considero que o estado-nação é, muitas vezes, um obstáculo para a afirmação de alguns direitos universais. Então, o problema não é a conquista do poder, como se o estado fosse um instrumento neutro e fosse suficiente mudar quem o dirige a fim de que tudo esteja resolvido. É fundamental que surjam e se desenvolvam formas de contrapoder e que os líderes ou porta-vozes dos movimentos sociais correspondam em seus comportamentos aos próprios movimentos sociais. Podemos falar num controle de baixo e na formação de instituições não estatais que correspondam a lógicas diferentes das neoliberais. No próximo mês de outubro, será realizado um encontro nacional dos movimentos sociais. Na ordem do dia, entre muitos outros, está o tema das próximas eleições nacionais. Alguns defendem que os movimentos sociais devem fundar o seu próprio partido e ter representação política no parlamento e outros consideram que esta não é a melhor solução. O debate está aberto. Quando conversei com ativistas europeus, ouço, muitas vezes, expressões como “estou organizando os migrantes”, “estou trabalhando com os desempregados”. Essas expressões me surpreendem, pois parece que os migrantes ou os desempregados devem ser organizados de fora. Obviamente, um movimento social não surge do nada, mas não se pode pensar que deve ser construído por uma força externa sem o envolvimento direto dos sem-teto, dos desempregados, dos trabalhadores e assim por diante. No passado, era normal encontrar militantes que liam a realidade com base em categorias bem definidas. Liam Louis Althusser, Nicolas Poulantzas ou Karl Polanyi e explicavam a realidade com base nos conflitos entre setores do capital ou com base nos conflitos que opunham as instituições políticas, como expressão direta deste ou daquele setor do capital, à sociedade. Eram militantes cultos, que

estudaram nas universidades, mas que, muitas vezes, não conseguiam entender o que acontecia na sociedade e ficavam surpresos, e até aborrecidos, quando um fato os desmentia. Os recentes movimentos sociais não funcionam assim. É difícil pensar numa mobilização que não tenha sido discutida amplamente por aqueles que devem levá-la adiante. Uma das novidades dos últimos anos é que “o que fazer” é decidido coletivamente e não numa sala de aula na universidade ou por uma vanguarda separada do resto da sociedade.

II Manifesto- Depois da publicação do livro, você se reencontrou com as pessoas de que ele fala? Algumas histórias são dramáticas não só por causa das experiências vividas pelos protagonistas, mas também porque descrevem, em alguns casos, experiências de pessoas com um futuro sem esperança. Como elas reagiram ao ler o livro?

Desai- Sim, encontrei-me com elas. Ou melhor, posso dizer que vivo junto com muitas delas, pois moramos nos mesmos lugares. O livro deu muita força a elas, fizeram-se xerox, muitas leituras públicas foram organizadas. O movimento tem um espírito alegre, as pessoas se encontraram, discutiram e se identificaram com o livro. Os meios de comunicação também “descobriram” que, por trás dos dados estatísticos, existem pessoas de carne e osso, que cultivam, com raiva e amor, a esperança de um futuro melhor e vivem com dignidade extrema os dramas que as afligem no dia-a-dia. O meu livro é mais um entre muitos outros depoimentos que denunciam as condições de vida a que milhões de homens e mulheres estão condenados a viver.

“O PONTO DE PARTIDA É DEFINIR O NOVO PROJETO NACIONAL”

Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio Jr.

*Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), co-editor do **Correio da Cidadania** e membro dos conselhos editoriais da **Revista dos Sem-Terra** e do jornal **Brasil de Fato**. Também integra o Diretório Nacional do PT. É autor do livro **Entre a Nação e a Barbárie** (Vozes, 1999), no qual sustenta que, ao manter-se em uma posição de dependência em relação aos países centrais, o Brasil não se construirá como nação, caminhando para uma situação de crise social e de barbárie. Confira a seguir a entrevista que Plínio de Arruda Sampaio Jr. concedeu a **IHU On-Line**.*

IHU On-Line – No artigo que o Sr. Escreveu para a revista *Reportagem*, (publicado na edição de setembro, intitulado *Desenvolvimento não é apenas crescimento*), o Sr. afirmou que o problema do desenvolvimento não é técnico, mas político. Que medidas o governo poderia tomar que expressassem essa vontade política e enfrentassem os obstáculos técnicos?

Plínio Sampaio Jr.– Os obstáculos técnicos que temos hoje são, de maneira emblemática, a dívida externa e a dívida interna. É esta dinâmica de funcionamento da economia brasileira em função dos pagamentos dos serviços dessas dívidas, que amarra a economia brasileira. Para poder desobstruir o caminho para o crescimento e para o desenvolvimento temos que enfrentar os interesses externos e internos que sustentam essas dívidas. Teríamos que redefinir a nossa relação com a comunidade financeira internacional, redefinir a relação com os grandes rentistas do país. Esse seria o nó górdio que deveria ser rompido a fim de abirmos horizontes para a economia brasileira.

O que não queremos? O que queremos?

IHU On-Line – Feito isso, como se desenharia o desenvolvimento que o Sr. Defende?

Plínio Sampaio Jr. – Para superarmos o neoliberalismo e organizarmos a economia brasileira em função dos interesses do conjunto dos brasileiros, nós temos que saber o que não queremos e o que queremos. Não queremos uma economia que funciona em função da lógica do grande capital financeiro. Mas o que desejamos pôr no lugar do neoliberalismo? O ponto de partida é definir o novo projeto nacional. Hoje, a economia brasileira funciona em função de duas lógicas: a dos negócios do grande capital financeiro e a da modernização dos padrões de consumo. A economia brasileira está organizada para perseguir os estilos de vida dos países centrais. Esse é o projeto que está em curso. Para termos outro padrão de desenvolvimento, precisaríamos de outra agenda, outras prioridades: a terra, o teto, o trabalho e a soberania nacional. Ou seja, a reforma agrária, a reforma urbana, uma política de pleno emprego e uma política organizada em função dos interesses nacionais. Isso exige um movimento político de formação de uma nova opinião pública no País. Não acho que tenhamos, no curto prazo, condições políticas para fazer uma guinada desta magnitude, mas é importante que comecemos a acumular para que ela possa ser feita.

Política externa frágil

IHU On-Line – Os movimentos do governo no cenário internacional estariam começando a desenhar o esboço de uma soberania nacional?

Plínio Sampaio Jr. – Sinceramente, a política externa do governo Lula é ambígua e frágil. É ambígua porque, nos fóruns internacionais, o nosso governo está pedindo coerência aos neoliberais. Deseja que todos sejam mais neoliberais. Essa é uma política que, no médio e no longo prazo, é mortal para o Brasil, pois não temos condição de competir nos mercados internacionais. É uma política muito frágil. É impossível termos uma política externa autônoma, sendo um país completamente dependente dos capitais internacionais. Essa política é uma espécie de bravata.

IHU On-Line – A implantação de uma política de pleno emprego exige o enfrentamento da desestruturação das relações tradicionais de trabalho e da erosão de uma base social que contribuiu para a vitória do atual governo, por meio do PT. O sociólogo Francisco de Oliveira tem chamado a atenção para o último ponto, especialmente. Que políticas poderiam ser desenvolvidas para enfrentar essas transformações?

Plínio Sampaio Jr. – Do ponto de vista técnico, a política para gerar emprego é relativamente simples. É preciso fazer a reforma agrária e reduzir a jornada de trabalho, para socializar os empregos existentes. É preciso uma forte intervenção do Estado criando empregos na área dos serviços públicos. Chico de Oliveira tem destacado a falta de atores sociais para a viabilização de políticas com este grau de radicalidade, que é a necessária para enfrentarmos os problemas pela raiz, pois a base de organização da classe operária acumulada nos últimos trinta anos, tanto no plano partidário quanto no sindical, está sendo cooptada pelo *status quo*. A esquerda vive um momento bem delicado, que exige a refundação de instrumentos políticos para termos eficácia na luta política. Precisamos construir os atores capazes de fazer isso, começando por gerar empregos.

PT: solução neoliberal para a crise do neoliberalismo

IHU On-Line - O partido que lidera o governo pode se firmar como um partido transformador ou será necessário gerar um novo instrumento?

Plínio Sampaio Jr. – Acho que se o PT não resgatar os seus compromissos históricos, portanto protagonizando uma reviravolta dos seus últimos movimentos, só um novo instrumento político seria capaz de estar à altura dos desafios que estão postos pela nova conjuntura histórica. Tal

como está no governo, o partido procura dar uma solução neoliberal para a crise do neoliberalismo. Na verdade, o governo Lula está procurando impor o seu movimento ao partido, está procurando enquadrar o partido nessa trajetória. Se ele for bem sucedido nesse esforço, o Partido dos Trabalhadores não será mais um partido de luta. Mas esta é uma questão que ainda está em disputa.

IHU On-Line – Francisco de Oliveira tem dito com insistência que está surgindo uma nova classe social e refere-se à atuação danosa de representantes dos trabalhadores nos fundos de pensões, nos quais eles estariam atuando como administradores de práticas capitalistas que geram desemprego. O Sr. acha que está surgindo uma nova classe social?

Plínio Sampaio Jr.– O Brasil está passando por grandes transformações, na burguesia e na classe operária. A burguesia, que tinha a sua força lastreada na indústria, subdesenvolvida mas com um parque industrial forte, passa a assumir negócios de intermediação de papel, como a compra e venda de mercadorias no comércio internacional, a compra e a venda de patrimônio nacional, público e privado. Esta é uma burguesia muito mais frágil. Também estamos assistindo a muitas mudanças na classe operária, que enfrenta uma precarização do trabalho e se torna heterogênea. E há este fenômeno detectado pelo Chico, que eu interpreto como sendo uma espécie de neopeleguismo. Uma parte da burocracia dos sindicatos mais avançados foi cooptada pelo sistema, nos fundos de pensão. Os dirigentes sindicais passaram a integrar o Estado onde, como sócios menores, mas estratégicos, passam a impedir que a classe operária influencie o rumo da política.

Um movimento estratégico: aprofundamento do neoliberalismo

IHU On-Line – Essas novas características de parte dos dirigentes sindicais e os movimentos ortodoxos do governo não podem ser vistos como preliminares necessárias de um projeto de desenvolvimento nacional, considerando o cenário internacional?

Plínio Sampaio Jr.– Essa é uma boa pergunta. O Presidente tem insistido nisso, tem pedido paciência, dizendo que esses são movimentos táticos, não são movimentos estratégicos. Mas eu não leio os movimentos do governo como táticos, eu os leio como estratégicos. Explico: nós estamos enfrentando uma grave crise e, quando isso ocorre, a sociedade discute como sair dela, que solução dar à crise. Isso significa como distribuir o ônus dessa crise e como definir quem vai ganhar com os novos horizontes de expansão da economia. A cara do País define-se no momento da crise. O mais grave, por exemplo, na política econômica do governo, não é o exagero do aperto fiscal, que jogou a economia numa brutal recessão. O mais grave é a natureza das reformas que estão sendo propostas. Elas sinalizam na direção de um aprofundamento do neoliberalismo. Qual é a estratégia? É ganhar a consciência dos banqueiros, para ver se com isso se consegue a entrada de recursos necessários para reciclar a dívida externa e dar um novo fôlego para o modelo neoliberal. É isso que nós criticamos.

IHU On-Line – Mas não há uma semelhança entre os ajustes atuais e a política desenvolvida por Celso Furtado, no começo do governo João Goulart, com o seu Plano Trienal? Ele não sofreu críticas semelhantes às suas?

Plínio Sampaio Jr.– Sim, foram semelhantes. Mas injustas. Há uma semelhança e há uma diferença. Qual é a semelhança? Os dois governos assumiram a necessidade de fazer uma gestão econômica num contexto muito adverso, com uma correlação de forças inadequada. Portanto, tiveram de fazer uma política ortodoxa de administração da crise. A diferença é que o Furtado fazia essa política para ganhar tempo e depois sinalizar à esquerda, para as reformas

de base, enquanto o Lula está ganhando tempo para fazer reformas neoliberais, para uma saída à direita.

IHU On-Line – O enfrentamento dos problemas básicos para o desenvolvimento nacional mencionados pelo Sr., como as questões da terra, do teto, do trabalho e da soberania, se enquadram nos marcos do desenvolvimento capitalista. O Sr. trabalha com a idéia de uma via sociodemocrata para o desenvolvimento ou acredita que o socialismo detém ainda o poder de transformação que o inspirou?

Plínio Sampaio Jr.– Vou ser bem honesto intelectualmente: eu acho que nós não temos capacidade de dar uma solução para os problemas do Brasil nos marcos do capitalismo. Uma mudança dessa envergadura, enfrentando os problemas referidos, é algo que só pode se dar no contexto de uma transformação muito radical na sociedade. Enquanto o núcleo da economia mundial for controlado por nações capitalistas quem está na periferia do sistema não tem nenhuma alternativa de sobrevivência sem estruturar o estado nacional, que é um instrumento burguês. As mudanças, porém, deveriam ter o protagonismo dos trabalhadores, que não se restringiriam essas mudanças aos marcos burgueses. Aí, teríamos uma situação tipicamente socialista.

UM GOVERNO SEM RUMO?

Entrevista com Pedro Cezar Dutra Fonseca

*Pedro Cezar Dutra Fonseca é diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). É autor de **Vargas: o Capitalismo em Construção** (São Paulo: Brasiliense, 1989), entre outros. Suas pesquisas abrangem a economia brasileira e a história do pensamento econômico.*

IHU On-Line – Os economistas brasileiros, em várias ocasiões, alertaram o governo para a necessária retomada dos investimentos nas áreas públicas, a redução dos juros, o desenvolvimento de uma política voltada ao mercado consumidor interno. O Sr. acha que o governo começa a se mover nessa direção?

Pedro Cezar – Eu acho que sim, embora timidamente. Isso sugere que mais do que ter convicção com relação a isso, o governo está sendo pressionado a ir nessa direção. Mas é bom que o governo tenha começado a baixar os juros, a sinalizar para uma retomada dos investimentos e para uma perspectiva de maior crescimento no ano que vem.

IHU On-Line – Quem está pressionando o governo?

Pedro Cezar – Essa pressão vem de vários lados. De pessoas historicamente ligadas ao PT, que se sentem decepcionadas e esperavam um outro tipo de política, embora na campanha eleitoral o candidato Lula tenha dito que faria algo parecido com o que ele está fazendo hoje. Há uma frustração vinda da esquerda. Mas também há uma crítica vinda dos empresários, de grupos que não se afinam ideologicamente com a esquerda. O próprio Vice-Presidente da República, às vezes, externa essa crítica, vinda de grupos que imaginavam uma economia em crescimento, esperavam uma mudança na orientação em favor do desenvolvimentismo. O discurso do Lula na campanha eleitoral, aliás, era muito parecido com o do [José] Serra. Parte dos empresários achou que o discurso do Lula era mais sincero, resolvendo apoiá-lo. A pressão vem de vários lados, vem da própria mídia. A comparação com a Argentina, por exemplo, deixa

o governo em uma situação complicada. Parece que aquele país está sinalizando para um lado mais radical do que o Brasil.

IHU On-Line – Pode-se dizer que o governo ainda não sabe para onde vai?

Pedro Cezar – Essa é a minha principal crítica. O problema das taxas de juro é temporário, tópico, não é o principal. Mas o governo deveria acenar com uma perspectiva de longo prazo. Definir qual a política industrial, por exemplo. E a substituição de importações, prometida na eleição, ocorrerá? Em quais ramos? Vamos exportar o quê? Quais são os nichos do Brasil no comércio internacional? Qual será a política agrícola? Haverá financiamento? Através de bancos públicos ou privados? Está faltando essa repactuação, isso é essencial. Essa é a grande lacuna: a inexistência, ainda, de uma política de desenvolvimento.

IHU On-Line – Nas suas manifestações, o Sr. tem dito que, quanto ao desenvolvimento, não se deve esperar que o Estado desempenhe o mesmo papel que exerceu no passado. Ao mesmo tempo, o Sr. tem afirmado que o governo deveria criar instituições que assegurassem as bases para um novo ciclo expansivo. Nesse caso, qual seria o papel do Estado?

Pedro Cezar – Eu não imagino que o Estado vá induzir o desenvolvimento por meio de empresas estatais, ou de organismos financiadores como o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], como no passado. Acho difícil que o Estado tenha condições de bancar financeiramente uma arrancada para o crescimento. Mas o Estado pode criar condições propícias para isso, com uma política fiscal mais adequada, por exemplo, por intermédio de certos incentivos para determinadas áreas. O Estado pode fazer certas políticas a favor de setores que se queira desenvolver. Mas não imagino que isso ocorrerá por meio das estatais, por exemplo.

IHU On-Line – O sociólogo Francisco de Oliveira tem chamado a atenção para a ausência de intelectuais no governo, o que dificultaria a formulação de planos para o desenvolvimento. O Sr. acha que os intelectuais têm um papel mais ativo a desempenhar?

Pedro Cezar – A relação de intelectuais com o governo é algo muito delicado. O papel dos intelectuais não é estar dentro do governo, embora isso possa ocorrer. O que cabe ao governo é ouvir os intelectuais, dialogar com eles. Acho que o governo atual está tentando fazer isso, pelo menos com os intelectuais petistas. Talvez outros pudessem ser ouvidos. Mas acho que essa crítica não deve ser feita, não é papel do governo chamar os intelectuais para ajudar a governar. Nenhum governo tem essa responsabilidade. Como disse, os intelectuais devem ser ouvidos, essa é a contribuição deles.

IHU On-Line – Com frequência, os governantes do país chamam a atenção para o ineditismo da situação brasileira, para a inexistência de precedentes históricos, indicando a saída da situação vivida pelo Brasil. O Sr. acha que o governo tem condições políticas e teóricas para a formulação de um plano de desenvolvimento? Esse plano deve ficar nos marcos do capitalismo ou deverá ter contornos socialistas?

Pedro Cezar – Acho que o governo tem condições, sim. Temos amplas condições de desenvolver o país, por meio de um projeto que poderá ser capitaneado e gerenciado pelo governo, num amplo consenso nacional. Mas está fora de questão que esse projeto não seja capitalista, não vejo as mínimas condições para um projeto socialista. Pode haver elementos de uma economia solidária, de distribuição de renda, de maior igualdade social, de melhora de

indicadores sociais O governo pode bancar isso. Esse projeto é possível, mas eu só o vejo como um projeto capitalista.

IHU On-Line – O Sr. considera satisfatória a política externa praticada pelo governo?

Pedro Cezar – Temos desajustes, problemas macroeconômicos, mas o Brasil tem condições de liderar internacionalmente vários segmentos produtivos. Em vários ramos, temos produtividade, obrigando os países líderes a inventarem barreiras sanitárias, sociais ou com o propósito explícito de barrar os produtos brasileiros. Isso nos dá uma certa confiança no Brasil. Não é possível desejar que o País pague a sua dívida regularmente e não possa exportar. Essa negociação pode ser feita. A rigor, nem na política interna, nem na externa, o atual governo difere muito do anterior. No governo do Fernando Henrique Cardoso, já se dizia que ele era de esquerda quando saía do País e aqui dentro era conservador. A política internacional do Presidente Lula, às vezes, é um pouco mais agressiva na linguagem, mas é basicamente a mesma, é uma política de independência, mas negociada. Essa é a política que deve ser feita. Há um grupo de países intermediários, que não se confunde com a grande massa de países marginalizados, como os do continente africano. Os países médios podem ocupar um grande espaço e a liderança do Brasil é oportuna. Acho que o Presidente da República está se saindo muito bem.

“NÃO ESPERÁVAMOS DO GOVERNO TÃO POUCAS E POUCO OUSADAS AÇÕES”

Entrevista com Gláucia Campregher

Ainda dentro da discussão sobre os rumos do Governo Lula, IHU On-Line conversou com a Prof^a. Dr.^a Gláucia Campregher, do Centro de Ciências Econômicas da Unisinos. Gláucia é graduada em Ciências Econômicas, Mestre e Doutora em Economia pela Unicamp, com tese intitulada “Contribuição à crítica da economia política do não trabalho”.

IHU On-Line- O sociólogo Francisco de Oliveira tem se referido ao modelo econômico e social que está sendo desenhado pelo atual governo como um “ornitorrinco”, devido às suas características esdrúxulas. Essa metáfora lhe parece adequada? O que caracterizaria as desproporções do referido modelo? Quais os seus equívocos?

Gláucia Campregher- Sim, a metáfora faz algum sentido, porque parece que o governo tem agido com o sinal trocado para além do que se poderia esperar. Ou seja, mesmo que já esperássemos um governo mais *soft* - dado o encalacre que nos foi deixado e dada a pouca profunda discussão da campanha eleitoral -, não esperávamos tão poucas e pouco ousadas ações em todas as áreas (social e econômica) em meio a tanto esforço para a realização de reformas para “mercado ver”. Veja bem, a crise fiscal do Estado é mesmo séria, e teria de fato de ser enfrentada. Além disso, o PT sempre prezou finanças públicas saneadas, como o demonstram suas administrações anteriores ao governo federal. Mas isso não justifica o conteúdo pouco diferenciado (em relação ao governo FHC) das reformas tributária e previdenciária. Ou seja, há falta de *links* com um projeto alternativo para o desenvolvimento nacional, como por exemplo, com a redistribuição de renda, ou o financiamento do investimento produtivo, ou a democratização da gestão. O que está acontecendo não é, a meu ver, só uma questão de “desproporção” – muita atenção às reformas e pouca às questões sociais mais amplas (ou seja, além do “Fome Zero”). É que ambas não se cruzam em ponto algum! Veja, quando eu faço uma lei para o Fundopem (como o PT fez aqui no RS, e agora está sendo desfeita...), que previa incentivo só para investimentos novos e geradores de emprego, a

questão fiscal está casada com a questão socioeconômica maior: de desconcentrar o incentivo nos grandes de sempre e de estimular o mercado interno (via gastos dos trabalhadores futuramente empregados). Logo, é de se pensar que a desproporção vem da natureza das “reformas que acalmam o mercado”, que não têm nada a ver com as “reformas que põem o país para andar”.

IHU On-Line- Em sua defesa, o governo tem alegado que a experiência brasileira é inédita, inexistindo acúmulo teórico para dar conta, a curto prazo, das contradições que caracterizam o Estado e a sociedade brasileira. Quais as lições que podem ser extraídas do cenário internacional, em benefício de uma mudança nacional em favor dos pobres e excluídos?

Gláucia Campregher- Esta alegação faz e não faz sentido. Não faz, se pensarmos que o acúmulo teórico é enorme, quando o volume de experiências históricas de diferentes países em construir modelos alternativos aos da dominação do capitalismo central é também bem grande. Veja, Alemanha, Japão e até os Estados Unidos são países que se tornaram capitalistas, quando a Inglaterra já era uma potência capitalista dominante. Cada um deles desenvolveu modelos bem próprios para a sua industrialização. As experiências socialistas também trazem muito à reflexão, bem como os capitalismo reformados do “bem-estar social” do pós-guerra. Isso sem falar dos “tigres asiáticos” e, mais recentemente, de casos regionais de desenvolvimento em meio à riqueza (Europa) e mesmo em meio à pobreza (Índia). A lição é sempre a mesma: estado com clareza de objetivos estratégicos, desconcentração da propriedade e da renda e investimento nas capacitações humanas (leia-se educação). Agora, faz sentido se pensarmos que o mundo de hoje, cuja dominação do capitalismo central é “extratentacular”- é cultural, financeira, militar, tecnológica, e muito mais! - , que este mundo deixa poucas opções para países onde as burguesias nacionais são míopes, os intelectuais, distantes, os trabalhadores bem formados (cultural e politicamente), poucos e os miseráveis, muitos. O “cenário internacional”, nestes novos tempos, não tem apresentado nenhum projeto nacional de sucesso. China e Europa são muito mais que nações. Justo por isso, temos causado tanta curiosidade e mesmo sucesso; e, talvez isso não seja pouco. Nesse mundo da “política como espetáculo”, talvez Lula, o *show man*, seja o nosso maior trunfo.

IHU On-Line- Há espaços, no cenário internacional, para o desenvolvimento de um projeto nacional? A Sr.^a acredita que os dirigentes do País reúnem condições para formulá-lo? Qual o papel que caberia aos movimentos sociais e aos trabalhadores?

Gláucia Campregher- Para mim, hoje ou o nacional é melhor articulado dentro (regionalmente) e fora (continentalmente) ou ele não tem futuro. Por isso eu dizia que talvez o que o governo esteja fazendo de melhor seja projetar o presidente. Atrair todas as atenções, viajar muito, articular e articular, talvez seja algo de fato estratégico. Só duvido desta estratégia, porque para dentro não adianta só criar um espaço de “diálogo para concertação”. O pacto federativo teria de estar sendo repensado de verdade, como o pacto social. Os poderes das oligarquias locais, dos grandes monopólios empresariais, dos grandes controladores das finanças nacionais, isso tinha de estar sendo colocado em cheque. O governo tinha de estar identificando os não-míopes entre os empresários, os não-corporativos entre os sindicalistas, os bem-intencionados entre os críticos... E todos os movimentos sociais devem se esforçar para fazer avançar o debate dentro dos espaços abertos pelo governo e também para além deste.

IHU On-Line- Ao considerar que o governo está em desacordo com as expectativas dos que elegeram Lula, o citado sociólogo sustenta, mesmo, que estaria surgindo uma “nova

classe” de dirigentes, oriundos dos sindicatos, mas desvinculados dos interesses históricos dos trabalhadores. Esta abordagem não está presa a um modelo antigo de análise, que atribuía à classe operária um papel transformador?

Gláucia Campregher- Não teria como responder esta pergunta em poucas palavras, até porque eu já falei muito sobre esse tema (na minha tese de doutorado). Não vou pela linha dos “interesses históricos” da classe trabalhadora, nem dos motivos por que os trabalhadores eram revolucionários antes, e não hoje, nem o significado de “classe social”, etc, etc. Assim sem complexificar (o que seria necessário) o que é ser trabalhador hoje, vou pela linha da identidade entre os dirigentes petistas e os demais trabalhadores dentro e fora do partido. É verdade que muita gente dentro do PT, ao virar “dirigente” (e daí deputado, secretário, ministro, chefe disso ou daquilo), ganhou uma respeitabilidade quase burguesa. Quero dizer, do mesmo modo como o capitalista organiza a força de trabalho para a produção coletiva (e a apropriação privada), o dirigente partidário acumula privadamente os resultados do trabalho coletivo. Muitos que trabalham com estes, trabalham para estes. Escrevem “para eles”, defendem “suas” posições, etc., etc. Não que estes dirigentes não trabalhem mais. Como os capitalistas, cada vez mais, eles se empenham em concorrer uns com os outros, e isso dá um trabalho do cão.

DESTAQUES DA SEMANA

Análise de Conjuntura

O jornal **Valor Econômico**, de 9 de outubro de 2003, publicou uma reportagem assinada pelo jornalista Cristiano Romero, intitulada “Austeridade fiscal mina o prestígio do Ministro Palocci. Cresce o número de insatisfeitos com os resultados da opção pelo superávit fiscal”. Reproduzimos abaixo este artigo, que pode ser lido à luz da longa matéria publicada hoje, dia 13 de outubro de 2003, no jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulada: “Conselho perde status e só cuidará do longo prazo. Tarso nega crise de identidade do órgão mas admite que seu trabalho é mal-compreendido”.

AUSTERIDADE FISCAL MINA O PRESTÍGIO DO MINISTRO PALOCCI

O Palácio do Planalto já não vê o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com a mesma reverência. Os desgastes provocados dentro e fora do governo pela paralisa da máquina pública, sufocada por um ajuste fiscal mais ortodoxo que o do governo Fernando Henrique, estão diminuindo a força de Palocci. Seu prestígio, dentro do núcleo do poder, está em queda.

“Há fortes indícios de insatisfação”, revelou uma fonte com trânsito no governo. Curiosamente, a insatisfação aumenta justamente no momento em que a economia começa a dar sinais de recuperação. O dólar e o risco-país estão em queda, as bolsas de valores seguem em alta, e a produção industrial dá mostras de que o país pode estar saindo da recessão.

Há duas variáveis, no entanto, que estão no centro das críticas à política econômica comandada por Palocci: o índice de desemprego recorde (14,9% da população economicamente ativa em São Paulo e 13%, na média nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE) e os cortes no orçamento - que estão impedindo a ação do governo em várias áreas.

O governo tem informações de que, mesmo com a recuperação prevista para a economia em 2004 - a previsão é que haja uma expansão de 3,5% do PIB -, a taxa de desemprego não recuará muito. A situação de penúria de vários ministérios, por outro lado, é flagrante, observa um assessor.

Há quatro meses, os diplomatas no exterior não recebem o auxílio-moradia, que chega a cobrir 75% do valor do aluguel. Em protesto contra as dificuldades, funcionários locais da embaixada do Brasil em Paris planejam entrar em greve hoje. Trata-se de uma decisão inédita.

A Polícia Federal, citou o assessor, está sem dinheiro para alimentar os presos sob sua custódia. O Ministério dos Transportes, por sua vez, está executando, em 2003, o menor orçamento em 35 anos. Os investimentos em recuperação de estradas deverão chegar a, no máximo, R\$ 1 bilhão, menos da metade do que foi gasto pelo governo anterior em 2002 - R\$ 2,13 bilhões.

Para 2004, a proposta orçamentária prevê R\$ 2,3 bilhões, metade do que o próprio Ministério julga necessário para recuperar as rodovias federais. No Ministério da Ciência e Tecnologia, os fundos setoriais de pesquisa, que, no governo anterior, nunca haviam sofrido cortes, perderam 50% de seus recursos originais.

Os cortes no orçamento vêm causando atritos dentro do governo e desgastando ministros junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nos primeiros meses de governo, Lula pediu "criatividade" ao Ministério para superar a escassez de recursos e repreendeu publicamente aqueles que reclamaram da falta de verbas. Ele bancou todas as brigas para defender a atual política econômica. O problema é que não há perspectivas de melhora para 2004.

No Palácio do Planalto, avalia-se que a equipe econômica exagerou na dose de austeridade fiscal ao insistir na geração, também no próximo ano e nos seguintes, de um superávit primário, nas contas públicas, equivalente a 4,25% do PIB. O número deixou de ser uma promessa do governo ao mercado. A meta, que exclui os gastos com os juros da dívida pública, consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003 (com efeitos sobre a elaboração do orçamento de 2004).

Nas reuniões do núcleo de poder, do qual fazem parte o Presidente Lula, Palocci e os Ministros José Dirceu (Casa Civil), Luiz Gushiken (Comunicação do Governo e Gestão Estratégica) e Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência), já se fala em redução da meta de superávit, para aliviar o funcionamento do governo no próximo ano.

A avaliação é a de que a reforma da previdência, em fase final de votação no Senado, vai render ganhos fiscais ao governo em 2004, diminuindo, portanto, o tamanho do arrocho fiscal necessário para o ano que vem. "Esses ganhos não estão sendo considerados pela área econômica", comentou uma fonte.

Uma fonte bem informada do governo explicou que o debate sobre a redução da meta de superávit existe, mas não saiu do Palácio do Planalto, ou seja, ainda não chegou à equipe econômica. Palocci rejeita a idéia, porque acredita que o processo de conquista de credibilidade do governo Lula junto ao mercado ainda não foi concluído.

Um político do PT ligado a Lula lembra que Palocci chegou ao núcleo de poder por um acaso. No início do ano passado, Lula concluiu que a coordenação da campanha eleitoral precisava de um petista com experiência executiva. O nome do então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, foi imediatamente lembrado.

Com o assassinato do prefeito, Palocci, então prefeito de Ribeirão Preto (SP), ganhou o posto e conquistou a confiança de Lula ao longo da campanha. O estilo sereno e conservador de Palocci lhe rendeu a missão de coordenar a transição de governo.

Nesse posto, o ex-prefeito começou a ganhar a confiança do mercado, principalmente, do setor financeiro, que temia a ascensão do PT ao poder.

Dali à nomeação para o comando da Fazenda, foi um pulo. Agora, Palocci pode estar vivendo o seu primeiro desgaste junto ao chefe.

Artigo da Semana

BRASIL, O PASSADO DO FUTURO

O artigo a seguir, de autoria de Luiz Gonzaga Belluzzo, foi publicado na Revista **Carta Capital**, em 8 outubro de 2003. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, é doutor em economia pela mesma instituição em que trabalha, com tese intitulada *Um Estudo Sobre a Crítica da Economia Política*. Entre seus livros publicados citamos **Depois da Queda - A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Do professor Belluzzo, **IHU On-Line** publicou um artigo intitulado *Até o FMI já percebeu*, na edição número 65, de 23 de junho de 2003, e uma entrevista que concedeu ao **IHU On-Line** na 77ª edição, de 29 de setembro de 2003.

Na quinta-feira 2 de outubro, a Unctad, conferência sobre comércio e desenvolvimento das Nações Unidas, suspendeu o embargo até então imposto à divulgação do *Trade and Development Report* de 2003, que traz o subtítulo *Acumulação de Capital, Crescimento e Mudança Estrutural*. Uma avaliação profunda e certa dos resultados das políticas ditas neoliberais ou neoconservadoras na América Latina.

Com grande competência, o relatório da Unctad adotou uma abordagem própria dos tempos em que a economia ainda era uma ciência empírica e quantitativa e não um ramo subalterno da matemática aplicada. Trata-se de um estudo histórico-comparativo sobre o desempenho dos países em desenvolvimento ao longo do movimento de transformação da economia global nas décadas de 1980 e 1990.

No exórdio, assinado pelo secretário-geral, embaixador Rubens Ricupero, o relatório classifica os países em desenvolvimento em quatro grupos:

1. Os de industrialização madura, como a Coreia e Taiwan, que já atingiram um grau elevado de industrialização, produtividade e renda *per capita*, mas apresentam uma taxa declinante de crescimento industrial.
2. Os de industrialização rápida, como a China e talvez a Índia, que – mediante políticas que favorecem elevadas taxas de investimento doméstico e graduação tecnológica – apresentam uma crescente participação das manufaturas no produto, emprego e exportações.
3. Os de industrialização de enclave, como o México, que, a despeito de aumentar sua participação na exportação de manufaturados, têm desempenho pobre em termos de investimento, valor agregado manufatureiro e produtividade totais.
4. Os países em vias de desindustrialização, que inclui a maioria na América Latina. Estão nessa turma os que alcançaram um certo grau de avanço industrial, “mas não foram capazes de sustentar um processo dinâmico de mudança estrutural mediante a rápida acumulação de capital e crescimento do PIB”. Esses países, num ambiente de liberalização financeira e comercial, apresentam participações declinantes do emprego e da produção manufatureiras e sofrem uma degradação da sua posição tecnológica.

O leitor arguto há de adivinhar onde estamos nós, os brasileiros, a essa altura do campeonato. O declínio da economia brasileira nas últimas duas décadas contrasta vivamente com sua trajetória brilhante nos 50 anos que vão dos anos 1930 aos 1980 do findo século XX. Assim o demonstra o excelente trabalho que o IBGE acaba de editar.

No subperíodo que vai da posteridade da Segunda Guerra Mundial até a crise da dívida externa em 1982, o Brasil manteve um ritmo acelerado de crescimento econômico. Entre 1947 e 1980, o PIB cresceu, em média, 7,1%, uma marca não igualada, no período, nem mesmo pelo Japão ou pelos celebrados Tigres asiáticos¹.

Comparado a essa “era de alto crescimento”, o desempenho econômico do Plano Real tem sido sofrível. Perde, por exemplo, para a “recessão” que apareceu entre 1962 e 1967, nos anos de crise e estabilização, em que a economia cresceu miseravelmente para os padrões da época: apenas 3,2% ao ano. Pior ainda, o real do Ministro da Fazenda Pedro Malan não leva grande vantagem na disputa com a chamada “década perdida” dos anos 1980. Entre 1994 e 2002, o produto interno deverá avançar apenas 2,2% ao ano, quase à mesma velocidade apresentada no período que vai de 1980 a 1993.

É bom notar que muita gente já havia apontado a exaustão do chamado “modelo de substituição de importações”, sublinhando, aliás, alguns desafios importantes que estavam presentes em meados da década de 1970:

1. A criação dos instrumentos e instituições de mobilização da “poupança” doméstica, particularmente para suportar o financiamento de longo prazo.
2. A reestruturação competitiva e a modernização organizacional da grande empresa de capital nacional e de suas relações com o Estado.
3. A constituição do que Fernando Fajnzylber chamava de “núcleo endógeno de inovação tecnológica”.

O “choque de juros” promovido por Paul Volker no fim de 1979 mudou radicalmente as condições externas e decretaram a obsolescência da agenda reformista. A severa crise cambial que se abateu sobre o Brasil no início dos anos 1980 foi o fator essencial para a sobrevivência do malfadado processo de substituição de importações. Em condições de extrema penúria de divisas, ele avançou até mesmo em segmentos produtivos em que a escala do mercado interno não recomendaria a produção doméstica.

No início dos anos 1990, as críticas à industrialização brasileira – tangidas pelos ventos que sopravam de Washington – concentraram-se na denúncia de uma suposta tendência à autarquia, à ineficiência, à falta de competitividade externa e à estatização. Estes, diziam os detratores, eram males congênitos do processo de substituição de importações.

Predominavam, então, no governo FHC e nas elites brasileiras, as visões mais extremamente liberais a respeito das relações entre desenvolvimento industrial e abertura da economia. Postulava-se que a liberalização do comércio e dos fluxos financeiros, quanto mais ampla fosse, engendraria a alocação mais eficiente dos recursos, tanto do ponto de vista estático quanto da perspectiva da acumulação de capital.

No que respeita ao comércio internacional, a orientação dominante buscou suas razões na teoria clássica das vantagens comparativas, que justifica a especialização dos países na produção dos bens em que sejam relativamente mais eficientes do que o livre movimento de capitais resultaria em investimentos nos setores em que prevalecessem as vantagens relativas. Assim, a função do governo deveria restringir-se à sustentação da estabilidade macroeconômica, evitando qualquer interferência na livre operação dos mercados. Os arautos

¹ *Para uma análise mais pormenorizada, ver Belluzzo, L. G. Brasil, Um desenvolvimento Difícil in Castro, Ana Célia (org.). Desenvolvimento Brasileiro BNDES – Mauad Editora, Rio de Janeiro, 2002 e Carneiro, R. Desenvolvimento em Crise, A Economia Brasileira no Último Quartel do Século XX, Ed. Unesp-IE Unicamp, São Paulo 2002.*

dessa visão pretendiam, ademais, apresentar como virtuosa para o crescimento a combinação câmbio/juros, que então comandava o processo de estabilização.

O encadeamento causal parecia ser o seguinte: o regime de câmbio real sobrevalorizado impõe aos empresários a busca de maior competitividade e eficiência. Isso seria obtido de três maneiras:

1. Especialização em linhas de produtos de menor custo relativo.
2. Intensificação de automação.
3. Substituição de insumos domésticos por bens importados mais baratos.

Os ganhos de produtividade decorrentes dessas mudanças no ambiente empresarial seriam suficientes para dinamizar as exportações, atrair investidores externos e deslançar um forte ciclo de acumulação. A hipótese subjacente era a de que os ganhos de produtividade seriam de tal forma relevantes, a ponto de suplantar as distorções representadas pela sobrevalorização do câmbio e pela taxa de juro real extremamente elevada.

O resultado dessa nova empreitada, do ponto de vista do desenvolvimento, foi para dizer pouco, desapontar. Ao contrário do processo de endividamento dos anos 1960 e 1970 que financiou, direta e indiretamente, projetos destinados a substituir importações e/ou a estimular as exportações, a nova etapa de financiamento externo aumentou consideravelmente a vulnerabilidade da economia brasileira. O governo de FHC e seus porta-vozes oficiais e oficiosos pareciam estar convencidos de que a exposição pura e simples do setor industrial à concorrência externa seria capaz de promover a modernização tecnológica e os ganhos da competitividade. Tudo indica, porém, que a concorrência nos mercados industriais está marcada por características que não guardam qualquer semelhança com as superstições dos fanáticos da globalização. Até mesmo os estudiosos mais conservadores reconhecem a existência de economias externas, estratégias de ocupação e diversificação dos mercados, conglomeração e acordos de cooperação. Nesse jogo, só entra quem tem cacife tecnológico, poder financeiro e amparo político dos estados nacionais.

O *Trade and Development Report 2003* mostra que, nos países asiáticos, as estratégias de crescimento rápido e graduação tecnológica estiveram sempre amparadas na complementaridade entre investimento público, sobretudo em infra-estrutura, e inversões privadas.

As características essenciais da concorrência e do comportamento das empresas, sobretudo na área industrial, estão completamente ausentes das elucubrações dos que pretendiam nos ensinar os caminhos da “modernidade”. Pode ser inacreditável, mas é essa forma vazia de conteúdo que pareceu inspirar a fração xiita do *establishment* brasileiro e sua procissão de acólitos.

Ao lado dessas considerações gerais, há, no Brasil, a tradição de ignorar a experiência alheia ou, na melhor das hipóteses, de interpretá-la levemente. Não há exemplo nos países periféricos – aí incluídos o Chile e os Tigres asiáticos de primeira e segunda geração – de renúncia a políticas deliberadas de reestruturação produtiva ou de estímulo à modernização e à conquista de mercados. Seja qual for a estratégia adotada – liderança das exportações ou proeminência do mercado interno –, os casos bem-sucedidos de avanço industrial e produtivo têm um traço comum: intencionalidade e coordenação pública.

Entrevista da Semana

"PAÍS NÃO VAI ACEITAR ROLO COMPRESSOR DOS EUA"

*Reproduzimos a entrevista ao chanceler Celso Amorim, ministro brasileiro das Relações Exteriores, publicada no jornal **Valor Econômico**, em 8 de outubro de 2003. Celso Amorim ocupou o Ministério das Relações Exteriores durante o governo Itamar Franco (1992-1994). Formado em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, é doutor em ciência política pela London School of Economics. Publicou, em conjunto com outros autores, **O Brasil e o plano Bush**, São Paulo: Nobel, 1991. Esta entrevista pode ser lida à luz da reportagem de capa da revista **Veja** desta semana e da longa reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje, dia 13 de outubro de 2003, intitulada "Governo prepara troca de negociadores da Alca. Secretário-geral do Itamaraty deve perder poderes na condução das discussões". A leitura da **Veja**, a matéria da primeira página do jornal paulista e a entrevista de Celso Amorim, mostram o que está em jogo.*

Valor: O Brasil pode ficar isolado?

Celso Amorim: Entre dizer que temos 19 países no continente nos apoiando e dizer que estamos isolados há um hiato imenso. Em Trinidad e Tobago só havia uma proposta na mesa, que era a americana, com algumas idéias do Canadá. O único outro grupo de países que fez uma proposta completa foi o Mercosul. Foi uma proeza.

Valor: Por quê?

Amorim: Por causa da passividade geral diante de como as coisas eram colocadas na Alca. É preciso entender a situação de cada país. Os países andinos, por exemplo. Como vão acabar as preferências - daqui a dois anos - que eles têm no mercado americano, eles precisam fazer alguma coisa: um acordo bilateral ou a Alca. O resto tem uma importância muito menor. O Mercosul é uma região que tem interesses específicos, com uma complexidade industrial, políticas de saúde, que nos fazem olhar as coisas de uma maneira que leve em conta variáveis múltiplas.

Valor: Quem ganha fazendo a Alca que os EUA querem?

Amorim: Se um país não tem política tecnológica porque não tem dimensão para isso, não tem condições de ter uma política de saúde, uma política de genéricos, ele não vai ter preocupações na área de propriedade intelectual. Agora, o Brasil tem que ter essas preocupações. Na área de investimento, por exemplo, as pessoas falam como se fosse uma implicância do Brasil. A reunião da OMC em Cancún não foi adiada por causa justamente desses temas, não por causa do Brasil, que estava até disposto a discutir. Não houve conclusão porque são temas difíceis de serem absorvidos, são temas complexos que mexem com a organização interna dos países. A regulamentação dos serviços é importante.

Valor: Por quê?

Amorim: Porque tem a ver com os nossos sistemas de educação, com a maneira como regulamentamos os nossos serviços de saúde, as telecomunicações. Não são questões menores. São questões que vão definir o que vai ser o Brasil daqui a dez ou quinze anos. Não posso trocar isso, não é nem sequer por uma liberalização tarifária, mas por uma cota tarifária em algum produto agrícola, ao mesmo tempo em que eles (os americanos) mantêm os subsídios agrícolas. Tenho que olhar para o que é razoável. Não há nenhuma intransigência.

Valor: O que, na proposta dos EUA, afeta os interesses do Brasil diretamente?

Amorim: Uma das coisas que esteve sempre sobre a mesa é a inclusão, na Alca, das disputas investidor- Estado. Isso é algo que não nos deixou ratificar 18 ou 20 acordos internacionais bilaterais que já havíamos assinado. Não vou nem entrar no mérito, mas é algo tão complexo que foi retirado, ainda no governo anterior, do Congresso. Como é que vou embarcar numa negociação dessas na Alca? Seria uma irresponsabilidade.

Valor: O que o Brasil quer da Alca?

Amorim: Não é uma área de livre comércio? Então, vamos nos concentrar no que é livre comércio. Querem alguma concessão em serviços? Vamos estudar, numa base de listas positivas. Nem queremos que nos imponham uma camisa-de-força nem queremos impor uma camisa-de-força a ninguém. Se dez países não vêem nenhum problema em fazer um acordo de investimento que tenha cláusula investidor-Estado ou que queiram fazer um acordo com base em listas negativas de serviços, em que tudo aquilo que você não exclui está incluído, eles que façam entre eles. É um acordo plurilateral. Amanhã, os outros podem aderir ou não.

Valor: O Brasil não está obstruindo as negociações?

Amorim: De jeito nenhum. Podíamos adotar a posição de nem discutir a proposta de declaração ministerial e ficar discutindo os colchetes que têm nos grupos. São sete mil colchetes. Se quiséssemos obstruir, o caminho seria esse.

Valor: O que mudou, então?

Amorim: As pessoas não estavam acostumadas a pensar na Alca. Tudo ia de uma única maneira. É o pensamento único, de que falam os franceses, aplicado às negociações comerciais. Várias países manifestaram simpatia a aspectos da proposta brasileira. O que não há de maneira nenhuma é essa idéia de isolamento nem a idéia de que fomos rígidos. Achar que o Mercosul não tem o direito de colocar a sua proposta sobre a mesa é algo inacreditável. A verdade é que as pessoas não estavam acostumadas. Isso vinha vindo como um rolo compressor. O Brasil já tinha admitido coisas que vão muito além da nossa concepção de negociação. Estava na OMC e trabalhei muitos anos nisso. O Brasil nunca aceitaria na OMC uma negociação de investimentos ou de serviços na base de listas negativas.

Valor: Qual é o risco de se negociar uma lista legativa?

Amorim: Você esquece de incluir um setor, até porque ele não existe naquele momento. Quem poderia falar de serviços de telecomunicações ou de informática há 30 anos? Essas questões são complicadas porque entram muito no âmago da vida, da identidade dos países.

Teologia Pública

TEOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE

Entrevista com Bruno Forte

Bruno Forte é teólogo italiano, consultor do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos e membro da Comissão Teológica Internacional. Teólogo de grande fama, celebrado escritor, o professor Bruno Forte ministra cursos e conferências em muitas universidades européias, americanas e asiáticas. Nascido em Nápoles, no ano de 1949, foi ordenado sacerdote em 1973. É doutor em Teologia e em Filosofia. Professor

ordinário de teologia dogmática na Pontifícia Faculdade de Teologia da Itália Meridional, localizada em Nápoles, colabora também em numerosas revistas européias. Autor de inúmeros livros, sendo sua obra mais recente **A essência do cristianismo**. Petrópolis: Vozes, 2003. Publicou pela Editora Paulus os livros: **Introdução à fé: aproximação ao mistério de Deus; Na memória do Salvador; Teologia da História: Ensaio sobre a revelação**. Pelas Edições Loyola, publicou, em 2002, o livro **Teologia em Diálogo. Para quem quer e para quem não quer saber nada disso**.

Bruno Forte esteve em Porto Alegre por ocasião do Ciclo de Conferências "A Santíssima Trindade e o terceiro milênio do cristianismo", promovido pela Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) nos dias 15, 16 e 18 de agosto. As conferências proferidas pelo professor Bruno Forte, no ciclo promovido pela PUCRS, serão publicadas no número 142 da Revista **Teocomunicação**, exemplar de dezembro de 2003. O teólogo concedeu a seguinte entrevista a **IHU On-Line**.

IHU On-Line- Segundo a sua opinião, o que mais caracteriza a pós-modernidade?

Bruno Forte- A parábola da época moderna – da qual todos somos herdeiros – coincide com o processo que vai do triunfo da "razão adulta", caracterizada pelas maiores ambições, à experiência difusa da fragmentação e do sem-sentido que se seguiu à queda dos fortes horizontes da ideologia. O sonho que inspira os grandes processos de emancipação da época moderna – daqueles dos países do assim chamado "Terceiro Mundo" àqueles das classes exploradas e das raças oprimidas, e aos da mulher na variedade dos contextos culturais e sociais – empurra o homem "moderno" a querer uma realidade totalmente iluminada pelo conceito, na qual se expresse o poder da razão. A realidade deve inclinar-se sob o poder do pensamento: o abraço total da razão converte-se, assim, em totalitarismo. Se a razão iluminada pretende explicar tudo, a pós-modernidade se oferece como o tempo que está para além da totalidade luminosa da ideologia, tempo pós- ideológico ou do longo adeus, tempo do abandono da violência totalizante da idéia e do declínio das suas pretensões. Se para a razão adulta tudo tinha sentido, para o pensamento débil da condição pós-moderna já nada mais parece ter sentido. É tempo de naufrágio e de queda. A crise do sentido passa a ser a característica peculiar da inquietação pós-moderna. Neste tempo de pobreza, que – como observa Martin Heidegger – é "noite no mundo", não por causa da falta de Deus, mas porque os homens já não sofrem com essa falta, a doença mortal é a indiferença, a perda do gosto por procurar as razões últimas pelas quais valha a pena viver e morrer, a falta de "paixão pela verdade", como afirma a *Fides et Ratio*.

IHU On-Line- O que nesse tempo mais dificulta e o que mais ajuda a viver o cristianismo?

Bruno Forte- A cultura pós-ideológica se apresenta pobre de esperança e de grandes razões: onde falta a paixão pela verdade, tudo é possível e finalmente até a solidariedade se pode unir a cálculos vulgares. Esta análise da parábola da modernidade que, da embriaguez das visões ideológicas leva à indiferença própria do tempo pós-moderno, não exclui sinais de luz e esperança. Existe uma «nostalgia duma perfeita e consumada justiça» (Max Horkheimer), que se deixa reconhecer nas inquietações do presente: é como uma espécie de procura do sentido perdido. Não se trata d'«*une recherche du temps perdu*», de uma operação da saudade, mas de um esforço de reencontrar o sentido para além do naufrágio, de reconhecer um horizonte último sobre o qual medir o caminho daquilo que é penúltimo. É possível assinalar algumas expressões desta procura do sentido perdido: em primeiro lugar, a *redescoberta do outro*. O próximo, pelo simples fato de existir, é razão do viver e do viver juntos, porque é desafio a sair de si, a viver o êxodo sem retorno do compromisso pelos outros, do amor. Em segundo lugar, é de assinalar uma renovada "nostalgia do Totalmente Outro" (Max Horkheimer), uma espécie de *redescoberta do Último*: desperta-se uma necessidade, que genericamente se poderia definir

como religiosa, necessidade de alicerces, de sentido, de horizontes últimos, de uma pátria final que não seja aquela sedutora, manipuladora e violenta da ideologia. Reacende-se a sede de um horizonte de sentido pessoal, capaz de fundar a relação ética como uma relação de amor. O Outro – fundamento último das razões do viver e do viver juntos – é a pergunta aberta da crise do nosso presente, a nostalgia da dor do tempo em que nos foi dado viver...

IHU On-Line- Qual é o lugar da teologia na universidade?

Bruno Forte - O reconhecimento dos sinais do Espírito no tempo presente exige que a teologia faça uma atenta obra de *discernimento*, que abarque inseparavelmente três momentos; o assumir a complexidade; o confronto com a Palavra; a indicação de pistas provisórias e credíveis. *Assumir a complexidade* significa reconhecer a realidade do mundo com todo o jogo inabarcável das relações históricas que a caracterizam. Assume a complexidade que não lê a história, a partir de um esquema ideológico pré-constituído, quem se esforça por se deixar inquietar e provocar nos seus preconceitos, quem aceita suportar o peso de não ter diagnósticos já feitos e terapias pré-determinadas. Longe de se fechar num castelo tranqüilo de fáceis certezas, a teologia, na escuta do Espírito – empenhada em discernir os sinais dos tempos –, deverá viver na brecha da história, no diálogo e na companhia exigente e fecunda de quantos fazem o acontecimento real em que é colocada: precisamente assim, esta se abrirá a reconhecer e acolher docilmente a ação do Espírito que no “hoje” dos homens faz presente o “hoje” de Deus. No encontro entre a história e a Palavra, o discernimento abre-se a *propostas provisórias e credíveis*. Lendo a história no Evangelho, o discernimento teológico lê analogamente o Evangelho na história. É deste modo que é possível conceber a presença da teologia no diálogo com as ciências e concretamente na reflexão crítica de uma universidade.

IHU On-Line- Em tempos de guerra, se tem falado muito do silêncio de Deus. Como o Sr. vê isso?

Bruno Forte- A liberdade convida Deus e o ser humano a um encontro inelutável, o encontro do universo opaco do silêncio. É no risco da liberdade que se joga a vida de todo ser humano diante do tempo e do eterno: quem não busca em Deus seguranças fáceis, mas a rocha nua da verdade, sabe que o bem deve ser feito também quando aparece improdutivo e perdedor. Diante do silêncio de Deus e da sua inquietante ambigüidade, o essencial é a sementeira, o ato que se cumpre na obediência a Ele, deixando o futuro inteiramente em suas mãos: "O essencial, escreve ainda Neher, não é a colheita, o essencial é a sementeira, no risco, nas lágrimas. A esperança não está no riso e na plenitude. A esperança está nas lágrimas, no risco e no seu silêncio. Ao silêncio de Deus, só pode corresponder um ato de amor gratuito e total que leva a arriscar tudo apenas para agradar a Ele e construir a vida e o mundo segundo sua vontade. Trata-se de jogar tudo na convicção de que a paz é obra da justiça e que sem justiça e perdão nunca poderá acontecer a paz e o bem para todos. Mas quem dos poderosos do Ocidente estará disposto a escutar este grito de dor, de esperança e de fé em Deus e no ser humano?

IHU On-Line- Qual é a maior dificuldade do homem e da mulher, hoje, para poder ver o rosto de Deus apresentado por Jesus?

Bruno Forte- Quem é o Pai de Jesus? Jesus chamou a Deus “pai”, “abba”, palavra de ternura com que as crianças adoravam dirigir-se ao pai e que também os adultos usavam para exprimir confiança. Jesus foi o primeiro judeu que se dirigiu a Deus com este nome: isso ressoa em Mc 14,32-36, na hora suprema da dor, quando tudo parece desmoronar-se e a solidão do Nazareno é total, porque também os discípulos não foram capazes de estar e velar uma só

hora com Ele. Jesus diz: «Abbá, Pai, tudo te é possível, afasta de mim este cálice: contudo não se faça o que Eu quero, mas aquilo que Tu queres». Esta é a revelação do Pai, em cujas mãos Jesus confia o Seu Espírito! O Pai de Jesus é, pois, o Deus capaz de sofrer por amor à Sua criatura: não apenas o Deus humilde, o Deus da compaixão e da ternura, mas o Deus que paga o preço supremo do amor. O Pai de Jesus é o Deus capaz de sofrer por amor: disse-o com palavras intensas João Paulo II na *Dominum et vivificantem* (n. 39 e 41), quando falou do mistério do sofrimento escondido no coração divino. Diziam-no os Concílios da Igreja antiga: *Deus passus est*. Repetia-o Orígenes: «Nem o Pai é impassível! Deus chora até por Nabucodonosor!» O sofrimento de Deus não é o sinal da Sua debilidade ou do Seu limite, porque não é o sofrimento passivo, que se padece, porque não é possível evitá-lo. É, pelo contrário, o sofrimento ativo, aquele que é aceito por amor pela pessoa amada. A revelação do coração de Deus está aqui: o Pai é aquele que sofre, porque nos ama, porque nos criou livres e que, portanto, expôs-se ao risco da nossa liberdade.

Se isso é verdade, por que em tantos se forma uma recusa, até mesmo visceral da figura paterno-materna de Deus? Por que, mais cedo ou mais tarde, na vida, todos vivemos um momento de contestação da imagem do pai-mãe no amor? Procuremos compreender esta contradição entre a necessidade de um acolhimento que vença a angústia e ao mesmo tempo a recusa dele, lendo um texto que tiro da famosíssima carta ao pai de Franz Kafka, um dos grandes testemunhos da inquietação do nosso tempo. Escrevendo ao próprio pai, Kafka diz assim: «A sensação de nulidade que freqüentemente me domina, tem origem, em grande parte, pela tua influência. Eu podia saborear quando tu nos davas só a preço de vergonha, esforço, fraqueza, sentimento de culpa, enfim podia estar-te agradecido como o está um mendigo, não com os fatos. O primeiro resultado visível desta educação foi aquele de fazer-me fugir quanto antes, mesmo que distantemente, me lembrasse de ti». Quantas vezes a recusa do pai nasce da necessidade de se libertar de uma dependência! Quantas vezes a paternidade, que estamos todos chamados a exercitar como paternidade-maternidade, se transforma em possessividade, escravatura, domínio! Eis, pois, que se perfila a imagem dramática do assassinio do pai. Na realidade, uma das causas profundas da angústia que existe no coração humano é que – se todos queremos vencer a morte – temos todos a necessidade de um pai-mãe no amor que nos acolha, e para o qual todos, de um modo ou de outro, vivemos ou estamos vivendo momentos de rejeição por medo que nos sufoque. O assassinio do pai é uma espécie de assassinio ritual, de gesto para afirmar a nossa independência, a nossa autonomia. E então estamos todos destinados a uma infinita orfandade, conseqüentemente a uma nostalgia pelo pai e pela mãe acolhedores no amor, e contudo fugimos dela para sermos livres e independentes como o filho pródigo, que decide ficar com todos os seus bens para se poder gerir por si só na vida. Eis a grande questão: temos necessidade de alguém que nos revele o rosto de um pai-mãe no amor que não crie dependência, que não nos faça escravos. Um pai-mãe que nos ame, tornando-nos homens livres, mulheres livres. Um pai-mãe que não seja o concorrente da nossa liberdade, mas o fundamento desta, a garantia última da verdade e da paz no nosso coração, que, ao mesmo tempo, cure a angústia com o remédio do amor, mas cure também aquele medo de perder a liberdade, fazendo-nos sentir amados na liberdade que não escraviza, que não cria dependências. Esta é a expectativa do Pai no coração do homem...

Deu nos Jornais

Editora Unisinos no Jornal de Resenhas

O Dicionário de Ética e Filosofia Moral, recentemente lançado pela Editora Unisinos, foi resenhado pelo Jornal de Resenhas publicado pela **Folha de S. Paulo**, 11-10-03. O Dicionário, que foi tema do boletim **IHU On-Line**, número 75, de 15 de setembro de 2003, com, inclusive, uma entrevista com a organizadora da obra, Monique Canto-Sperber, foi apresentado no Jornal de Resenhas por Milton Meira do Nascimento, professor de ética e filosofia política do departamento de filosofia da USP, sob o título 'Ética para todos. Dicionário explica a moral em mais de 300 verbetes'. Para o professor de filosofia da USP, "o aspecto interdisciplinar da abordagem das questões da ética e da filosofia moral torna ainda mais fascinante a leitura do "Dicionário", que sinaliza para o fato de que, nesse campo, é indispensável o recurso a várias disciplinas, sem que com isso se perca o rigor da análise. Essa nova forma de convivência entre as disciplinas não significa perda das especificidades e do trabalho do especialista em cada assunto, mas o desenvolvimento de análises intercambiáveis e o convívio freqüente e desejável entre disciplinas diferentes, sem prejuízo de suas identidades". Ele conclui a resenha afirmando: "O "Dicionário de Ética", portanto, faz jus à tradição da filosofia das luzes e do seu maior empreendimento editorial, ao recuperar o pluralismo das abordagens, a luta contra os preconceitos, no intuito de abrir os espíritos a múltiplas possibilidades de análise, sobretudo as que propiciam novas descobertas, e sempre com muito rigor. Bem no espírito dessa tradição, a editora Unisinos dá um passo adiante, com uma edição impecável e na contramão de muitos moralistas preconceituosos, que, tão afoitos em exigir mais ética em tudo, mostram que não possuem nenhuma. O que é, aliás, mais um motivo para lerem este maravilhoso trabalho de equipe".

Coleção Theologia Pública da Editora Unisinos na Folha de S. Paulo

O caderno *Mais*, da **Folha de S. Paulo**, 12-10-03, apresenta sob o título "Religião é tema de outros livros", dois livros recentemente lançados pela Editora Unisinos: "A vinda de Deus" de Jürgen Moltmann, que foi apresentado no **Abrindo o Livro** no dia 26 de agosto de 2003. Sobre o tema, os leitores e leitoras podem conferir o **IHU On-Line** número 72, a entrevista do Prof. Dr. Frei Luiz Carlos Susin, e o livro "A lei de Deus", de Paul Beauchamp, traduzido pelo prof. Benno Dischinger. Ambos fazem parte da coleção Theologia Pública da Editora Unisinos.

Monsanto e a soja transgênica

US\$ 100 mi em jogo

O jornal **Folha de S. Paulo**, 5-10-03, publicou uma ampla reportagem, assinada por Marta Salomon, informando que "há, pelo menos, US\$ 100 milhões em jogo no debate sobre a liberação da soja transgênica no Brasil. O valor corresponde ao ganho estimado por ano de uma só empresa, a Monsanto. Ela tem os direitos de propriedade intelectual no Brasil sobre o gene RR (Roundup Ready), resistente ao herbicida também fabricado pela empresa". A reportagem explica como foi calculada esta quantia. O jornal "usou a cifra mais baixa de cobrança de *royalties*, apontada pelas empresas produtoras de sementes - US\$ 10 por hectare (10 mil metros quadrados). A estimativa leva em conta que os organismos geneticamente modificados poderão alcançar pouco mais da metade da área plantada de soja no País. De acordo com cálculo divulgado no site da Monsanto, 20% da soja colhida no país é Roundup Ready e esse percentual poderia chegar rapidamente à metade da área plantada. Segundo o

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a safra 2002/2003 contou com 18,4 milhões de hectares de plantações”. Segundo a reportagem, “procurada pela Folha, a Monsanto tratou dos valores com os cuidados de segredo de Estado”.

Soja transgênica custa mais que a convencional

O Caso do RS

A reportagem da **Folha de S. Paulo**, 5-10-03, cita o caso do nosso Estado. “No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde o lobby dos produtores de soja forçou o governo a liberar a comercialização da safra de soja transgênica até dezembro de 2004, o gasto com as sementes geneticamente modificadas é de R\$ 60 por hectare. Elas foram contrabandeadas da Argentina, país que integra, com os EUA e o Brasil, o time dos maiores produtores mundiais de soja. No país vizinho, a maioria das plantações usa transgênicos. Caso a soja transgênica venha a ser legalizada no Brasil, o custo da semente dobrará, segundo estimativa dos próprios produtores gaúchos. Eles acreditam que a semente geneticamente modificada custará, no mercado, cerca de 50% a mais do que a semente convencional. Nos Estados Unidos, a semente transgênica custa 56% a mais do que a convencional. Parte da diferença paga a ‘taxa tecnológica’ da Monsanto. O valor estimado pela **Folha** para os pagamentos à Monsanto equivale a 20% do faturamento da empresa no Brasil. A multinacional possui no País duas fábricas do herbicida Roundup. Uma em São José dos Campos (SP) e outra em Camaçari (BA). O herbicida é o carro-chefe da Monsanto, que faturou US\$ 4,8 bilhões em 2002, em cerca de cem países. A matriz da empresa fica em St. Louis, cidade do Estado do Missouri, nos Estados Unidos.

Produtividade cai nos EUA

No Brasil, com soja convencional, cresce

“A suposta vantagem econômica da soja transgênica em relação à convencional não resiste ao teste das estatísticas oficiais. Desde 1996, quando essa cultura começou a se disseminar nos Estados Unidos, a produtividade norte-americana evoluiu aos soluços, com tendência declinante. Naquele país, a soja transgênica corresponde a 81% da produção total do grão, e a produtividade recuou 0,04% ao ano, desde 1996”. A constatação é da reportagem do jornal **Folha de S. Paulo**, 5-10-03. Segundo o mesmo jornal, “já a produtividade da soja brasileira, basicamente não-transgênica, cresceu a taxas de quase 2% ao ano e, desde 2001, supera a americana. Segundo dados da FAO (Food and Agriculture Organization), órgão da ONU (Organização das Nações Unidas), enquanto os produtores brasileiros colhiam 2,57 quilos por hectare, na safra do ano passado, os americanos retiravam do solo 2,52 quilos por hectare. “A produtividade brasileira é maior, e a produção tem crescido 8,8% ao ano, desde 1996, enquanto nos EUA o crescimento anual é de apenas 1,8%”, diz Gerson Teixeira, engenheiro agrônomo com mestrado em desenvolvimento agrícola pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e doutor em economia pela Unicamp, segundo a **Folha de S. Paulo**, 5-10-03.

Argentina e a soja transgênica

Produtividade cai e redução da capacidade imunológica

Também na Argentina, que mais recentemente adotou a tecnologia transgênica no cultivo da soja, também se começa a perceber perda de produtividade. Segundo o USDA (Departamento de Agricultura dos EUA), a produtividade da soja argentina, na safra 2002/2003, é igual à obtida na de 1997/1998, antes dos transgênicos. A constatação foi publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, 5-10-03. Para o engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo, doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, “os problemas na Argentina e nos

Estados Unidos estão surgindo com maior clareza após o quinto ano de cultivo”. Melgarejo diz que estudos técnicos, realizados pela American Society of Agronomy, sugerem que há ampliação de fungos nas raízes da soja transgênica, tratada com o defensivo glifosato (o princípio ativo do herbicida Roundup Ready, produzido pela Monsanto, detentora da patente da soja transgênica RR). Esses fungos não estariam presentes na soja convencional tratada com outros herbicidas. Também se verificou redução da capacidade imunológica das plantas tratadas com glifosato. As submetidas a esse estresse registraram perdas de produtividade de até 25%, além de exigirem aumento do uso de defensivos agrícolas. Assim, os ganhos que o agricultor brasileiro poderia obter nos primeiros anos de cultivo da soja transgênica, com a redução de até 10,3% nos custos de produção, tenderiam a ser engolidos com o passar do tempo, devido à perda de produtividade da lavoura e à necessidade de novos defensivos.

A inconstitucionalidade da MP sobre a soja transgênica

A incongruência do PT

Washington Novaes, jornalista, na sua coluna semanal publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, 3-10-06, comenta a Medida Provisória sobre a soja transgênica. “depois de correr o risco de perder sua Ministra do Meio Ambiente (e, ao que parece, só não perdeu com o acréscimo de várias restrições na nova medida provisória que libera de novo o plantio), está o governo às voltas outra vez com uma trapalhada jurídica ainda mais grave. Juizes federais, Ministério Público, órgãos de defesa do consumidor e parlamentares decidem arguir a inconstitucionalidade da medida provisória (MP), pelos vários atropelos mencionados nas situações anteriores, mais o do Código Penal, ao permitir o plantio de sementes originadas (?) de outras contrabandeadas” – escreve W. Novaes. Segundo ele, “o próprio partido do governo fica em situação difícil com a divulgação maciça, pela Internet, da resolução que aprovou em 1999 num seminário realizado por seus senadores e deputados. O PT decidiu, nesse tema, respeitar a Constituição, a Convenção da Diversidade Biológica, os direitos do consumidor e dos agricultores familiares, a necessidade de definir uma estratégia comercial e científica para o País nessa área. Propunha, por isso, uma moratória de cinco anos, a exigência de estudo prévio de impacto ambiental, a criação de territórios livres de transgênicos”.

Soja transgênica argentina e a soja convencional do PR

Diferença de produtividade

Washington Novaes, no mesmo artigo acima citado, enumera uma série de estudos sobre a produtividade da soja transgênica e convencional. Segundo o conceituado jornalista “os estudos do professor Leonardo Melgarejo, da UFSC, põem em dúvida tanto a maior produtividade como a maior rentabilidade da soja transgênica. A soja transgênica argentina, por exemplo, é menos produtiva que a paranaense ou que a média da soja brasileira. A safra gaúcha deste ano, que teria produtividade 41% mais alta que a anterior, teria sido beneficiada por fenômenos climáticos pontuais. Seu custo tenderia a crescer, tanto pela necessidade futura de pagamento de *royalties* como de mais herbicidas (com o surgimento de espécies mais resistentes ao glifosato), e ainda pelo baixo nível de fixação de nitrogênio. Em Goiás, tanto o presidente da Federação da Agricultura como o da Organização de Cooperativas, além do presidente da maior *trader* de soja, recomendaram, após a liberação do plantio, muita cautela aos produtores locais - para não perderem espaços nos mercados europeu e japonês, que exigem soja não modificada, bem como para não terem custos maiores. No Paraná, o panorama é semelhante. Já o presidente da Associação Brasileira de Sementes e do Centro Tecnológico de Pesquisa Agropecuária, João Lenine B. de Souza, se manifestou indignado com a liberação, que, para ele, “atira no lixo toda a política fitossanitária do País”, uma vez que o plantio de sementes

contrabandeadas, sem controle, pode reintroduzir “doenças que há muito tempo estavam sob controle”. Uma tese de mestrado na Unicamp, citada pela revista **Consumidor**, diz que o glifosato foi o principal responsável por intoxicações por agrotóxicos (11,2% do total) no Brasil, entre 1996 e 2000. Outros especialistas se preocupam com o caminho que a atual liberação pode abrir para outros plantios, de espécies que têm muitos ‘parentes’ no Brasil, como o algodão e o milho - situações em que o risco de ‘contaminação genética’ poderia ser muito maior. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) - que sugerira moratória - continua a recomendar ‘precaução’.

Onde está a política ambiental de Lula?

As medidas polêmicas tomadas até agora

Fernando Gabeira, deputado federal pelo PT do Rio de Janeiro, explica, em entrevista publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, 8-10-03, as causas que o fazem deixar o partido. Ele cita as medidas implementadas pelo governo e que contradizem o programa partidário. Ele afirma que “a primeira decisão polêmica foi a de importar pneus usados, no início do ano: é problema para o meio ambiente, para a segurança, para a saúde”. Depois continua citando as seguintes: “Foram surgindo problemas com a demarcação das terras indígenas. Há lentidão e tentativa de submeter o assunto ao Conselho de Segurança Nacional. Isso nem no tempo do (ex-ministro Jarbas) Passarinho teve. Além disso, foi parcialmente desfeita a comissão do Ministério da Ciência e Tecnologia, que articulava, no País, o Protocolo de Kyoto. Em seguida às nossas críticas, porém, foi rearticulada. Teve outro problema sério, o dos transgênicos. Aí, houve uma invasão do Parque Nacional do Iguaçu, patrimônio da humanidade, por dois prefeitos e um deputado do PT, para reabrir a Estrada do Colono. Finalmente, houve a notícia de que o País exportará urânio enriquecido, transmitida pelo mesmo Ministro que se disse favorável à bomba atômica (Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia)”. Para o deputado federal, estas medidas podem ser atribuídas “a uma concepção produtivista, parecida com a que vigorou no Leste Europeu (durante o socialismo), de caminhar a qualquer custo para o crescimento da economia”.

Incêndio na política ambiental

A reação de entidades ambientalistas

O jornal **O Globo**, 8-10-03, publica uma ampla reportagem, sob o título *Incêndio na política ambiental*, sobre a onda de protestos de entidades ambientalistas contra as ações do Planalto no setor. Para a secretária-geral do WWF no Brasil, Denise Hamú, “a saída de Gabeira do PT é um indicativo claro de que a área ambiental não tem sido uma prioridade neste governo. São várias gotas d’água que transbordaram. Que a decisão dele sirva de alerta para o governo Lula”. Para Frank Guggenheim, diretor-executivo no Brasil da organização de ativismo ecológico Greenpeace, o momento é preocupante. Ele lembra que o Brasil é signatário de convenções internacionais que ainda não foram ratificadas pelo governo Lula, que também ainda não se mostrou capaz de desenhar e implementar uma política sobre poluição industrial. Ricardo Verdum, assessor de política ambiental do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), disse que o Ministério do Meio Ambiente está paralisado. Verdum afirmou que a pasta foi atingida também pela ação da equipe econômica, que contingenciou parte da verba. Dos R\$ 1,4 bilhão autorizados no Orçamento, até agora foram liberados R\$ 413,7 milhões, que correspondem a 29,3% do total. Márcio Santilli, ex-presidente da Funai e diretor do Instituto Sócioambiental (Isa), endossou as críticas e disse que a administração de Lula é um governo em disputa. Para ele, a política ambiental é ambígua: “num momento, o governo toma a medida correta de proibir a exploração de petróleo nas proximidades do arquipélago de Abrolhos (BA).

Em outro, libera os transgênicos. É um governo suscetível a pressões. O ex-presidente da Funai também condena a política indigenista. Ainda não se sabe o que este governo quer na área indígena”.

Perdemos o bonde

O Brasil em processo de desindustrialização

Jan Kregel, economista da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad -, cujo secretário-geral é o brasileiro Rubens Ricupero, afirma, na entrevista publicada na revista **Carta Capital**, 8-10-03, que o Brasil perdeu o bonde do desenvolvimento durante os anos 1980 e 1990, período em que, gradualmente, abandonou condições propícias ao crescimento e à renda que existiam até então no Brasil, como baixas taxas de juro, alto índice de emprego e políticas voltadas à tecnologia. Perguntado pela revista se podemos considerar o Brasil em processo de desindustrialização, o economista, tendo em mãos o Trade Report and Development de 2003, é peremptório: “Sim”.

‘O moinho satânico do mercado’

Polanyi e a desigualdade social brasileira

José Luís Fiori, cientista político, professor titular de Economia Política Internacional das universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro, na entrevista publicada na revista **Carta Capital**, 8-10-03, reflete sobre as raízes da desigualdade no Brasil e enfoca decisivos movimentos de uma elite conservadora. Para ele, a tendência geral do sistema capitalista “entregue às próprias leis do mercado, ou ao que Karl Polanyi chamava de ‘o moinho satânico do mercado’”, faz com que cada vez aumente mais as desigualdades. Pois, segundo ele, “o capitalismo não leva automaticamente à distribuição”.

Metalúrgico vira ‘excedente’

A carta da Volks

“A vida do eletricitista de manutenção Pedro Felix mudou há dois meses, desde que recebeu uma carta informando que deveria sair da fábrica onde trabalha há 17 anos e nove meses. A carta informava que ele seria encaminhado a um novo centro de formação profissional”. Assim inicia a reportagem de Marli Olmos, publicada no jornal **Valor Econômico**, 3 a 5 de outubro de 2003. A reportagem narra a experiência vivida por este funcionário da Volks, 45 anos de idade, com 18 cursos de especialização feitos ao longo desses anos, custeados pela empresa, ao receber a carta dizendo que ele estava entre os 1933 funcionários ‘excedentes’. “Me senti carimbado com a carta”, diz. “Desde então o clima ficou pesado no ambiente de trabalho e comecei a me sentir constrangido até de sentar ao lado dos colegas durante o almoço”, relata o operário, segundo o **Valor Econômico**. A resistência sindical acabou levando a empresa a cancelar a carta, logo depois. Mas a marca ficou. Pedro Felix foi um dos que votou a favor da proposta da empresa de pagar o seu salário até novembro de 2006, ficando em casa.

Emergência

Um artigo de Roberto Mangabeira Unger

Roberto Mangabeira Unger, cientista político brasileiro e conhecido internacionalmente, intitula o artigo que publicou na **Folha de S. Paulo**, 7-10-03, de **Emergência**. Entre as contundentes constatações da atual economia brasileira, Mangabeira Unger, aponta, entre outras, as seguintes:

- “1. O País faz sacrifício fiscal acachapante, mas só consegue pagar metade dos juros da dívida pública interna. A outra metade engrossa a dívida, sustentando juros sem precedente na história das finanças públicas modernas. Não há país que prospere quando o custo do capital é bem superior à taxa média de retorno dos negócios.
2. Não há saída por meio de corte radical do gasto público fora juros. Implicaria diminuir ainda mais a ajuda do Estado à classe média ou aos trabalhadores. Não acontecerá. O brasileiro é paciente, mas insiste em sobreviver.
3. O Brasil não tem dólar para pagar o que deve em 2004 por sua dívida externa (perto de US\$ 30 bilhões) sem recorrer ao capital financeiro, atraído por juros ruinosos, ou ao FMI, atraído por submissão ruínosa.
4. O agronegócio, a mineração e os bancos vão bem. Tudo o mais vai mal. Há grande dinamismo reprimido na economia brasileira: centenas de empresas que se renovaram nos melhores padrões internacionais e milhões de pessoas com ânimo empreendedor. Bloqueados todos.
5. Começou corrida dos empresários em busca de dinheiro dos trabalhadores (no BNDES) e da classe média do setor público (nos fundos de pensão). O governo vê nessa corrida oportunidade para praticar política industrial casuística, a serviço de mistura de dirigismo, hegemonismo e fisiologismo. Pululam, como nunca, as conspirações político-empresariais a respeito do dinheiro dos outros. O ambiente é propício à bandalheira.
6. A mídia está quase toda quebrada e dependente do governo. Sobram poucos espaços livres”.

As duas respostas emergenciais

Segundo Roberto Mangabeira Unger

No mesmo artigo acima citado, Roberto Mangabeira Unger propõe duas respostas emergenciais para essa situação emergencial. “A primeira leva restabeleceria condições para investimento privado e público: renegociar as dívidas interna e externa, fechar temporariamente as saídas de capital brasileiro e, sobre essa base, usar todo o poder de barganha e de pressão do Estado para desvalorizar o câmbio e baixar o juro. Não teremos dólar por R\$ 5 e juro real de 7% - os níveis que a situação exige - só por querê-los. Não os teremos jamais, porém, se aceitarmos a idéia de que o mercado há de fixar soberanamente esses preços enquanto o Estado apenas cala e banca. A segunda leva desmontaria os acertos entre o poder e o dinheiro: assegurar o financiamento público das campanhas eleitorais, deixar os falidos falirem, confiar os fundos de pensão a gestores independentes e colocar, sob holofotes, qualquer contato entre governante e empresário”.

Quase 1 bilhão de favelas no mundo

O desafio das favelas, segundo a ONU

Todos os grandes jornais do mundo, no dia 7-10-03, repercutiram o documento intitulado *O Desafio das Favelas, o Programa de Alojamento Humano da ONU*, que constata: se não forem tomadas medidas de combate à pobreza e adotadas políticas de emprego e de habitação, a população mundial que vive em favelas, deve duplicar e chegar a 2 bilhões em 30 anos. Em 2001, havia 924 milhões de favelados, ou 31,6% dos moradores de zonas urbanas no mundo, afirma o relatório. Nos regiões em desenvolvimento, os favelados correspondem a 43% dos que moram nas cidades. O documento, intitulado *O Desafio das Favelas, o Programa de Alojamento Humano da ONU*, define favela como um aglomerado urbano que combina as seguintes características: acesso inadequado à água potável, acesso inadequado à rede de saneamento, habitações precariamente construídas, excesso de moradores e ausência ou precariedade dos

títulos de posse ou de propriedade. A definição se aplica, segundo a ONU, aos *kampungs* da Indonésia, aos *townships* da África do Sul e às próprias favelas do Brasil.

O desafio das favelas

Falta vontade política

“Deveríamos nos envergonhar de criar estas periferias não planejadas”, afirma a diretora de UN-Hábitat, Anna Tibaijuka, ao jornal *El País*, 7-10-03, comentando o relatório da ONU acima referido. Para ela, “a primeira solução é reiterar a necessidade de que haja vontade política de resolver o problema”. A diretora recorda que “uma das metas da Conferência do Milênio da ONU é uma melhoria significativa para 2020 da vida de pelo menos 100 milhões de habitantes das favelas. Temos que reconhecer que os pobres são pessoas ativas, decentes e que trabalham duramente. Mas com políticas que os desmoralizam, como vamos esperar que a situação melhore?”

Tempo espetacular

A eleição de Arnold Schwarzenegger

Tereza Cruvinel, na coluna Panorama Político, publicada no jornal *O Globo*, 9-10-03, sob o título *Tempo espetacular*, afirma que a eleição do ator Arnold Schwarzenegger para governador da Califórnia é “uma nota melancólica para a política”. Para ela, “é o espetáculo ampliando seus domínios”. Numa análise aguda, a jornalista mostra que a “sua eleição é um ato perfeito da ‘Sociedade do espetáculo’, que vem moldando todas as relações sociais contemporâneas”. Para falar dela, fiquemos com alguns trechos do livro de mesmo nome do filósofo francês Guy Debord. Só alguns: ‘A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social levou, na definição de toda a realização humana, a uma evidente degradação do ser em ter. A fase presente da ocupação total da vida social pelos resultados acumulados da economia conduz a um deslizar generalizado do ter em parecer’. ‘Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido tornou-se uma grande representação’. ‘O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade, e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo o olhar e toda a consciência’. ‘O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens’.

‘Democrator’

A eleição da Califórnia

O editorial do jornal francês *Libération*, 9-10-03, assinado por Patrick Sabatier, sob o título *Democrator*, afirma que “a vitória de Arnold é um clássico. Desde 1960, Norman Mailer tinha anotado que as eleições tinham se tornado o show preferido dos americanos. Desde 1980, eles levaram à presidência o ex-ator Ronald Reagan. Em matéria de política, há muito tempo que o espetáculo e o carisma contam, pelo menos, tanto quanto o programa e a clareza ideológica”. Para o jornal, a ator de Hollywood “não teria ganhado se seu conservadorismo econômico não fosse temperado de uma dose de liberalismo, se ele não tivesse encarnado o ‘sonho americano’ que milhões de imigrantes, anualmente, procuram na América. Seu triunfo pode inquietar, não porque ele vem de Hollywood, nem por causa das suas idéias e da sua inexperiência”. Para o *Libération*, “o verdadeiro perigo vem do modelo radical da democracia direta em vigor na Califórnia. Os referendos de iniciativa popular, com o procedimento do *recall*, instituíram no Golden State uma forma de revolução permanente, em que os grupos de

interesse disputam favores e exploram as aspirações contraditórias dos eleitores. Este sistema, fonte do bloqueio político total, fez nascer o *Democrator*, populista e demagógico, antítese da democracia”.

O teorema errado

A política de Bush contra o terrorismo

Benjamin Barber, professor americano de ciências políticas, autor do renomado livro *Djihad versus McWorld. Globalização e integrismo contra a democracia*, publicou um artigo intitulado *O teorema errado* no jornal italiano *La Repubblica*, 7-10-03. B. Barber inicia com a afirmação: “O presidente Bush insiste: esqueçam as armas de destruição de massa, a guerra no Iraque é uma guerra contra o terrorismo. Assim foi desde o início”. Para o cientista político, o recente discurso de Bush na ONU mais uma vez expressa a visão estratégica que a atual administração americana assumiu depois do 11 de setembro. Para B. Barber, trata-se de uma estratégia errada, pois ‘o terrorismo prospera, não somente na Arábia Saudita, no Marrocos, no Quênia e na Indonésia, mas infelizmente também no Afeganistão, no próprio Iraque, onde antes da guerra não havia, absolutamente, nenhum traço de terrorismo internacional”. Para Barber, a estratégia é errada, pois os terroristas, sendo ‘mártires sem um estado’, prontos tanto para morrer quanto para matar, não podem ser derrotados com vitórias militares preventivas contra estados que talvez compartilham as suas agendas ou que, porventura, hospedam os seus acólitos”. Segundo o cientista político americano, “a política do Presidente enfrenta o medo com o medo, procurando ‘desconcertar e amedrontar’ (shock and awe) os inimigos para derrotá-los. O medo, no entanto, é a arma dos terroristas, não a da democracia”.

A nova desordem mundial

Um novo livro de T. Todorov

Tzvetan Todorov, búlgaro radicado na França, onde dirige o Centro Nacional de Pesquisa Científica – CNRS – acaba de publicar o livro *Le nouveau désordre mondial. Réflexions d'un Européen* no qual examina a nova doutrina de segurança dos EUA. O jornal argentino *Página/12*, 4-10-03, publica uma entrevista com o autor, na qual Todorov recusa a classificação do governo americano como neoconservadora, “porque esta política não tem nada de conservadora. Por regra geral, os conservadores aceitam a imperfeição do mundo, se adaptam ao *status quo*, tratam de condicioná-lo mas, sobretudo, eles não têm o projeto de prover a felicidade para todos. Ao contrário, a administração atual norte-americana aspira promover uma espécie de revolução mundial que conduziria a todos os povos do mundo para o que parece ser, se não o paraíso terreno, ao menos o melhor regime possível, a saber, a democracia liberal. O inédito desta combinação é precisamente o fato de que o conteúdo do ideal seja a democracia liberal enquanto que o meio para impô-la é o dos fundamentalistas, que nunca duvidam da verdade e da retidão de seus ideais e de suas propostas e que estão dispostos a impô-los pela força”.

O neofundamentalismo americano e a esquerda revolucionária

Ideólogos do governo americano eram trotskistas

T. Todorov, na entrevista citada acima, constata que “vários dos ideólogos do governo norte-americano vêm diretamente de movimentos de esquerda, mas da esquerda anti-stalinista, isto é, da tradição trotskista – inclusive maoísta -, que criticava o imperialismo e a burocracia soviética, mas que defendia a idéia de uma revolução permanente que permitisse, por meio da violência, impor o melhor regime possível sobre a face da terra”. E Todorov cita alguns desses

intelectuais influentes, hoje na formulação da política norte-americana. “William Kristol, Richard Pipes, Robert Kagan, toda essa nuvem de fundamentalistas que estava ligada a revistas cuja inspiração, dentro da tradição americana, refletiam a crítica de esquerda do stalinismo que, pouco a pouco, deixou de ser esquerda. Revistas, como **Commentary** ou **The New Republic** são representativas desta evolução, onde se parte do anti-stalinismo para chegar ao que se chama – no meu entender de forma equivocada – de neoconservadorismo. O pai de William Kristol (um dos principais animadores deste grupo) foi um dos grandes trostkistas convertidos ao anti-stalinismo durante a geração anterior. O mesmo ocorreu com o pai de Pipes. De modo que há uma espécie de testemunho desta passagem que se produziu e que permite ver o que poderíamos deduzir de um modo completamente abstrato”.

Morin no Rio

Complexidade e pensamento no século XXI

Os intelectuais franceses Edgar Morin e Henri Atlan foram as estrelas do seminário *Complexidade: o Pensamento no século 21*, que o Instituto de Estudos da Complexidade e o Departamento de Letras da PUC-Rio realizou na sexta-feira, dia 10-10-03.

Capes desmente fechamento do Portal Periódicos

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão que regula os programas de pós-graduação, tenta renegociar contratos com pelo menos sete grandes editoras que divulgam estudos científicos e acadêmicos no seu Portal Periódicos (www.periodicos.capes.gov.br). A notícia está publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, 10-10-03. O portal é fonte importante de consulta para pesquisadores brasileiros, mas custa US\$ 18,7 milhões por ano e a remuneração das editoras aumenta a cada universidade que se cadastra como usuária, segundo o presidente da Capes, o sociólogo Marcel Bursztyn. “É o único serviço do gênero que conheço com custo crescente à medida que aumenta a base de usuários”, critica Bursztyn, que assumiu o cargo em agosto. Ele afirma que vem procurando negociar com as editoras um contrato mais favorável e observa que, “por uma coincidência muito grande”, começaram a circular mensagens na internet, “alertando” sobre um suposto plano da Capes de “fechar o portal”. Segundo ele, porém, não se cogitou fechá-lo, “porque tem enorme importância para o progresso do País”. Neste ano, o portal já registrou mais de 7 milhões de consultas.

O default não é novidade na história dos países ricos

O costume migrou

“O default externo (a famosa ‘banca rota’) foi até o fim do século XIX, usado com alguma frequência pelos países mais desenvolvidos do mundo”. Com esta constatação, Antonio Delfim Netto, economista e deputado federal, inicia o artigo *Intolerância e Endividamento*, publicado no jornal **Valor Econômico** 7-10-03. Baseando-se num trabalho de C.M. Reinhart, publicado neste ano, Delfim Netto reproduz uma tabela, mostrando que, de 1801 a 1900, foram 30 episódios em que os países se declaram incapazes de continuar honrando os compromissos que assumiram com a comunidade internacional. “Um default a cada 40 meses não foi, assim, um evento raro no mundo ‘desenvolvido’. No século XX, eles se civilizaram...”- comenta ironicamente o economista. O trabalho citado por Delfim Netto mostra como “costume migrou para os países em vias de desenvolvimento”. Assim, segundo o economista, “para alguns países da América Latina, o default parece ter se tornado uma ‘forma de viver’. É o caso do Brasil, da Argentina, do

México e da Venezuela. No caso brasileiro, por exemplo, fomos a sete *defaults* e vivemos 26% dos últimos anos (ou seja, quase 50 anos) em estado de *default!*”.

América Latina: região mais desigual do mundo

Relatório do Banco Mundial

A América Latina aprofundou sua condição de região mais desigual do mundo durante os anos 1990, comprometendo qualquer esforço para a retomada de um crescimento sustentável. O Brasil, apesar de uma pequena melhora nos últimos anos, segue apresentando um dos maiores abismos entre pobres e ricos no mundo. As conclusões são do estudo *Desigualdades na América Latina: Rompendo com a História?*, de 498 páginas, apresentado pelo Bird (Banco Mundial) no dia 7-10-03. A notícia é do jornal **Folha de S. Paulo**, 8-10-03. Segundo o jornal, o órgão afirma que a América Latina sofre hoje de ‘excesso de desigualdade’ e defende, especialmente para o Brasil, políticas urgentes de cotas para minorias como forma de ‘romper o ciclo histórico’ que perpetua as diferenças na região. O trabalho enfatiza que a desigualdade não será eliminada –‘como demonstram os últimos 50 anos’- apenas com medidas econômicas. O trabalho cruzou pela primeira vez 52 pesquisas realizadas em 3,6 milhões de domicílios de 20 países da América Latina e do Caribe entre 1990 e 2001. A principal conclusão é que os 10% mais ricos da região detêm hoje 48% da renda total. Na outra ponta, os 10% mais pobres ficam com apenas 1,6% do bolo. “Com exceção da África subsaariana, a América Latina é mais desigual em qualquer indicador: renda, gastos com consumo, influência política, poder de decisão e acesso a serviços como saúde e educação”, diz o estudo. Nos anos 1990, a desigualdade tornou-se ‘mais uniforme’ na América Latina como consequência das crises na Argentina, Venezuela e Uruguai, países antes considerados menos ‘injustos’.

O Estado face ao ‘indivíduo total’

Um novo livro de Marcel Gauchet

Marcel Gauchet é uma referência incontestável para todos os que se inquietam com as patologias relacionadas com o desenvolvimento do individualismo democrático. Segundo ele, saímos da era totalitária onde o indivíduo era negado em proveito do coletivo. Mas entramos no que ele denomina a ‘segunda crise da democracia’. Marcel Gauchet se tornou conhecido por seu importante livro *Désenchantement du monde*, publicado em 1985. Ele acaba de publicar o livro *La condition historique*. François Azouvi e Sylvain Piron entrevistam o autor. Para Gauchet, “o risco não é mais o Estado total, mas a derrota do Estado para o indivíduo total”. O desafio é grande, pois a questão é saber em que medida o exercício da política é possível em tais condições. O livro foi resenhado pelo vespertino francês **Le Monde**, 2-10-03.

A filosofia do terror

Livro diálogo com Habermas e Derrida

A editora italiana Laterza acaba de publicar o livro *Filosofia do Terror. Diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. Giovanna Borradori, professora do Vassar College de Nova Iorque é a responsável pelo livro. Segundo a resenha do livro publicada no jornal **Il Mattino**, 3-10-03, “se Habermas fala da violência como ‘comunicação distorcida’ e repropõe a sua confiança nos valores (não plenamente realizados) da modernidade, Derrida busca ver no terrorismo (de algum modo) a imagem da própria civilização moderna. O primeiro olha para a religião, que está na base do integralismo islâmico, com um olhar desconfiado: nessa, quase sempre, se aninha o gene do dogma; o segundo, acaba por se referir a Kirkegaard e sua ética do limite humano e da finitude. Mas ainda: Habermas retém que a ocidentalização do mundo

seja um processo para ser corrigido, mas também para ser profundamente estendido pelo mundo; Derrida vê que há um embate de duas teologias políticas diferentes, mas semelhantes quanto ao quererem ter Deus a seu lado: uma, expressa por Bush e a outra, de Bin Laden”.

Mulheres apaixonadas e Casa Grande & Senzala

Jotabê Medeiros, assina um artigo intitulado *O surpreendente final de ‘Mulheres Recauchutadas’*, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, 9-10-03. Para ele, *Mulheres Apaixonadas* é uma novela que ainda vive nos tempos de **Casa Grande & Senzala**, onde os meninos de classe média fazem a iniciação sexual com a empregada negra. Ou seja: um texto que força a mão para abraçar as grandes causas, como o desarmamento, mas ainda confina todos os negros na cozinha ou na cama do patrão. Foi uma novela sexista, o que nem é novidade no horário. O problema é que, como se dispôs a tratar do assunto ‘mulher’, a novela merecia uma sonora vaia. Não existe uma única mulher feliz no reino encantado de Manoel Carlos - a não ser a sua própria filha, a Vidinha (Júlia Almeida). Todas são ou neuróticas, ou obcecadas por sexo, ou passivas, principalmente passivas, vivendo à sombra dos homens”.

Relator da MP e o lobby dos transgênicos

A escolha, pelo Palácio do Planalto, do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) para relatar a medida provisória que libera o plantio da soja transgênica foi recebida com duras críticas por parlamentares que integram o núcleo agrário do PT. Pimenta foi um dos defensores da edição da medida provisória. Mas a principal crítica dos petistas é em relação à viagem que o relator fez aos EUA, em junho, com um grupo de parlamentares, para conhecer as instalações da empresa Monsanto, que produz a semente de soja transgênica. Os deputados petistas consideram a indicação de Pimenta antiética. Orlando Desconsi (RS) chegou a divulgar uma nota. “Sua indicação é péssima. Será que eticamente alguém tem condições de relatar uma matéria dessa importância depois de ser ciceroneado pelos norte-americanos, maiores incentivadores para que o Brasil plante transgênicos?”, afirma Desconsi na nota, segundo notícia d’**O Globo**, 9-10-03.

Viagem aos EUA e África do Sul

O lobby da Monsanto

A viagem de sete deputados federais, dois representantes de ONGs, cientistas, um representante da CNBB, durante sete dias, aos EUA e África do Sul, foi, segundo o jornal **O Globo**, 9-10-03, “custeada pela embaixada norte-americana e pela Associação Brasileira de Sementes (Abrasem), entidade à qual a Monsanto é filiada. A viagem visava a conhecer as plantações de soja transgênica nestes países”.

O Congresso e os transgênicos

Pouco conhecimento

O que pensa o Congresso Nacional sobre os transgênicos, é a pesquisa que o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) publicou no dia 8-10-03, segundo o jornal **Folha de S. Paulo**. O Inesc é uma das organizações não-governamentais que integram a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos. Foram consultados 187 dos 584 congressistas, o equivalente a 31% do Congresso Nacional. Dos pesquisados, só 21% dos congressistas têm atuação no tema. Os demais se mantiveram neutros.

Transnacionais controlam as sementes do Brasil

As indústrias químicas multinacionais controlam hoje 18 grandes produtoras locais de sementes, resultado de um processo de aquisições, iniciado em 1996 e que levou à concentração do setor. Monsanto, Bayer, Dow AgroScience e DuPont começaram a deitar raízes no final dos anos 1990, segundo reportagem da **Folha de S. Paulo**, 8-10-03, naquelas culturas onde desenvolvem pesquisas para produção de transgênicos: milho, soja, arroz e algodão. “Elas prepararam o terreno para ocupar o mercado de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados), quando o governo liberar seu cultivo e comercialização”, diz o economista David Hathaway, da ONG Aspta (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

A lei de cultivares de 1997

Segundo o jornal **Folha de S. Paulo**, 8-10-03, para as empresas voltadas à biotecnologia, a produção de sementes no Brasil tornou-se estratégica após a aprovação da lei de cultivares (tipos de plantas), em 1997. Essa lei estabelece que as empresas que desenvolverem uma variedade de planta devem registrá-la no Ministério da Agricultura, garantindo seus direitos comerciais. Assim, se as empresas que desenvolvem OGMs não tiverem, também, o domínio dos cultivares, terão de ceder a tecnologia a quem desenvolve plantas adaptadas a cada região e clima do país. Para ter o controle de toda a cadeia de produção, as multinacionais químicas passaram a comprar empresas sementeiras locais e foram buscar gigantes mundiais do setor para incorporar. A Monsanto, comprou a Cargill Internacional e a Braskab/Dekab, em 1998. A Dupont adquiriu a Pioneer, que, por sua vez, tinha adquirido a brasileira Dois Marcos Melhoramentos. E a Bayer comprou, no ano passado, a Aventis Crop Science, franco-suíça, que já havia incorporado quatro sementeiras locais. “As empresas internacionais compraram produtores locais de sementes para adquirir as suas coleções de cultivares, ganhando experiência no desenvolvimento de plantas para as condições brasileiras”, acrescenta Hathaway.

Produção sementes de milho

Entrada estratégica para a Monsanto

Até 1997, as grandes pesquisadoras de novas variedades eram a Embrapa (estatal) e a Agrocere, líder na produção de sementes de milho com 26% do mercado nacional. Naquele ano a Monsanto comprou a área de milho da empresa e hoje detém 35% desse mercado, segundo sua assessoria. A entrada em sementes era estratégica para a empresa, visava a biotecnologia, informa a assessoria. Tanto que a Monsanto inaugurou em maio de 2001, em uma área de 1,6 milhão de metros quadrados, as operações iniciais da mais moderna unidade de pesquisa e beneficiamento de sementes de milho e sorgo, com capacidade de processamento de 45 mil toneladas anuais. Para os agricultores, o impacto da entrada das concorrentes internacionais foi sentido principalmente na cultura do milho. “Após a Lei dos Cultivares, houve um aumento de investimentos estrangeiros na produção de sementes de milho, por interesses econômicos. Hoje elas praticamente dominam o mercado”, diz o engenheiro agrônomo Flávio Turra, da Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná). O interesse pelo milho justifica-se: as sementes híbridas têm uma ‘patente natural’: o grão colhido não pode ser usado no plantio da safra seguinte. O agricultor tem de comprar, todo ano, a semente certificada e pagar *royalties*.

Frases da Semana

Fome Zero

“O programa ainda é apenas um mutirão de solidariedade. O governo pouco fez, em todos os níveis, das prefeituras aos estados e à federação”. – D. Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias, comentando o programa Fome Zero – **O Globo**, 7-10-03.

“O governo tem apelado muito aos empresários, que devem gerar trabalho e pagar bons salários, e não serem incomodados para outras coisas”. – D. Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias, comentando o programa Fome Zero – **O Globo**, 7-10-03.

G21

“[Robert] Zoellick [representante comercial dos EUA] ou [George W.] Bush [Presidente dos EUA] nos disseram que saíssemos do G21, e assim o fizemos”. - Luis Carlos Villaveces, presidente de uma associação de produtores rurais da Colômbia, comentando a decisão da Colômbia de deixar o grupo de vinte e um países que negociaram conjuntamente em Cancún – **Folha de S. Paulo**, 7-10-03. Além da Colômbia, deixaram também o G21, El Salvador e Peru.

Escolas sem banheiros

“Fiquei pasmo com esta informação”. – Cristovam Buarque, Ministro da Educação, ao comentar a informação de que das 180 mil escolas públicas de educação básica no Brasil, 22 mil não têm banheiro – **O Estado de S. Paulo**, 7-10-03.

Lula transgênico

“O Lula, como representante da classe trabalhadora, é favorável ao projeto popular que defendemos. Mas o Presidente Lula não, porque é fruto de uma composição que o transformou em um produto transgênico”. – João Pedro Stedile, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), **O Estado de S. Paulo**, 8-10-03.

Não nos peçam para entregar o País

“Não nos peçam para entregar o País”. - Marco Aurélio Garcia, assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, dando um duro recado aos que estão pedindo maior realismo e flexibilidade do governo nas negociações multilaterais nas quais o País está envolvido – **O Estado de S. Paulo**, 9-10-03.

“Acredito que os que estão propondo a flexibilização do Brasil são os que estão ideologizando a postura que deveria ser adotada pelo País. Mas saibam que a nossa posição é de estrita defesa dos interesses nacionais”. - Marco Aurélio Garcia, assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República – **O Estado de S. Paulo**, 9-10-03.

“Há, na sociedade, pessoas incomodadas com a posição soberana que o Brasil adotou, e isso ficou mais evidente depois do fracasso em Cancún”. - Marco Aurélio Garcia, assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República – **O Estado de S. Paulo**, 9-10-03.

O Judiciário e a ONU

“Em vez de se indignarem tanto com a sugestão de inspeção da ONU no Judiciário brasileiro, por que o presidente do Supremo, as associações de magistrados e a OAB não se indignaram

com o assassinato de duas testemunhas de execuções sumárias?” – Eliane Cantanhêde, jornalista, no artigo *Terra de ninguém* – **Folha de S. Paulo**, 10-10-03.

Estupidez humana e o problema sanitário

“Se comemos adequadamente, não fumamos, controlamos o álcool e fazemos exercício físico, podemos evitar até 60% das doenças de que padecemos antes dos 60 anos. Mas não o fazemos”. – Rolf Zinkernagel, prêmio Nobel de Medicina de 1986 – **El País**, 7-10-03.

“O maior problema sanitário é a estupidez humana”. – Rolf Zinkernagel, prêmio Nobel de Medicina de 1986 – **El País**, 7-10-03.

Negri no Brasil

“Não conseguimos mais compreender, do ponto de vista da comunicação, onde estão esquerda ou direita. A representação política está em crise sob esse ponto de vista. É preciso conseguir entender o que é a esquerda ou a direita, ou melhor, o que é o Império e a multidão, o que é biopoder, potência, resistência. É preciso mudar completamente nossas categorias de pensamento” - Antonio Negri, co-autor do livro *Império* – **Globo**, 11-10-03.

Golpe de Estado no Império

“O 11 de setembro abriu uma nova fase na constituição do Império. Os americanos deram uma espécie de golpe de Estado no Império e não foram bem-sucedidos — e isso já é alguma coisa” – Antonio Negri, co-autor do livro *Império* – **Globo**, 11-10-03.

“Os americanos tentam fazer da guerra o fundamento do Império. Mas é preciso evitar que a guerra se torne o elemento de legitimação novo do Império” - Antonio Negri, co-autor do livro *Império* – **Globo**, 11-10-03.

Do PT ao PP, os partidos não pensam país nenhum

“A tradição latino-americana foi pelo ralo. Na área da economia, por exemplo, o que há de original no seu pensamento de Delfim Neto? O que os economistas pensam a respeito deste País? Pegam cinco variáveis, jogam no computador e pronto. Na área das ciências humanas, a universalização tem significado perda de potência interpretativa. Veja o discurso dos partidos políticos. O PCB avaliava que era preciso liquidar o Brasil feudal, podia haver um erro de interpretação, mas havia uma. A UDN, que era a direita ilustrada, achava que havia um fosso entre o Brasil real e o legal e que era preciso criar leis para que o País funcionasse. Hoje, do PT ao PP, o que pensam da sociedade? Não pensam país nenhum. E esse enfraquecimento do pensamento tem conseqüências práticas” – Francisco de Oliveira, sociólogo – **O Estado de S. Paulo**, 13-10-03.

ACONTECE

IHU MARCA PRESENÇA NO SOLIDÁRIO SER

A Unisinos realizou nos dias 8 e 9 de outubro, no Centro Administrativo, uma feira das ações que desenvolve com a comunidade regional. A mostra *Solidário Ser*, inserida no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão, teve por objetivo dar visibilidade ao trabalho comunitário. Foram dois dias de atividades com oficinas, workshops, minicursos e palestras. No total, 15

programas, projetos e serviços de ação comunitária e de desenvolvimento social da Unisinos e 10 de ONGs externas estiveram mostrando suas atividades. O Instituto Humanitas Unisinos marcou presença através de uma oficina, um workshop e do estande do Programa de Ação Social na Zona Sul de São Leopoldo, inserido na área de concentração Ética, Cultura e Cidadania. No dia 8 de outubro, Telmo Adams, da área de concentração Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, ministrou a *Oficina de Economia Solidária*, das 9h às 12h. O professor Dárnis Corbellini, coordenador da área de concentração Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade, foi responsável pelo workshop *Unitrabalho*, também apresentado na manhã do dia 8 de outubro.

AVISOS DA COORDENAÇÃO

Sociedade do Trabalho, Desemprego e Renda

No dia 6 de outubro de 2003, ocorreu uma reunião da área de concentração II - Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU. O objetivo do encontro foi discutir os textos *Sociedade do trabalho e sociedade sustentável*, do Prof. Dr. Inácio Neutzling, *CUT, desemprego e reformas trabalhistas*, de José Dari Krein e *É necessário desvincular emprego e renda*, de Josué Pereira da Silva. Para a reunião, foram convidados os colegas da área de concentração I – Ética, Cultura e Cidadania e do Programa Unitrabalho.

Conselho do Centro de Ciências Humanas

Dia 7 de outubro, a coordenadora adjunta do IHU, Vera Regina Schmitz, participou da reunião do Conselho do Centro de Ciências Humanas.

50º ano da morte de Getúlio Vargas

Na última quarta-feira, dia 8 de outubro, a coordenação do IHU reuniu-se com o Prof. Dr. Werner Altmann, coordenador do PPG em História da Unisinos, com a finalidade de programar uma jornada de estudos sobre a 'Era Vargas' por ocasião do 50º aniversário da morte de Getúlio Vargas, em agosto de 2004.

Exclusão social

Também no dia 8 de outubro, a coordenação do IHU recebeu o Prof. MS Sérgio Endler, vice-diretor do Centro de Ciências da Comunicação. Na ocasião, discutiu-se um projeto sobre Universidade e Exclusão Social a ser desenvolvido no decorrer de 2004. O projeto visa, entre outros objetivos ao conhecimento, por parte da comunidade acadêmica, docentes e discentes, dos movimentos, associações e organizações da sociedade civil que atuam diretamente com os excluídos.

Visita da Universidade Federal da Bahia

Na tarde do dia 9 de outubro, a coordenação do IHU recebeu a visita de Fernando Fischer, pesquisador do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. A Profª. MS Vera Regina Schmitz, coordenadora adjunta do IHU, recebeu-o e apresentou ao pesquisador o IHU.

A União faz a Vida

Na sexta-feira, dia 10 de outubro, aconteceu uma reunião sobre o Programa A União faz a Vida com a presença da Prof^a. MS Vera Regina Schmitz, coordenadora adjunta do IHU, Dâmis Corbellini, coordenador da área de concentração II - Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade, Derli Schmidt, integrante da área de concentração II, Vergílio Perius, coordenador do Programa A União faz a Vida, Maria Aparecida de Jesus Valadão, secretária do Programa, Adriana Klein e Rejane Henemann, do Escritório de Gestão e Tecnologia da Unisinos (EGT), Ivan Novello e Luciane Mariotti, do Sicredi. O grupo discutiu o projeto pedagógico do Programa e o planejamento das atividades para 2004.

XXVII CESCOOP

Dia 10 de outubro, reuniram-se com a Prof^a. MS Vera Regina Schmitz, coordenadora adjunta do IHU, Telmo Adams, integrante da área de concentração II - Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, e a Prof^a. MS Janira Aparecida da Silva, do Centro de Ciências Humanas, para discutir o planejamento do XXVII Curso de Especialização em Cooperativismo – CESCOOP.

A inserção nos meios populares

Nos dias 11 e 12 de outubro, Inácio Neutzling, coordenador do IHU, assessorou o X Seminário do Grupo de Religiosos e Religiosas Inseridas nos Meios Populares, em Lages, SC. O seminário reuniu 54 pessoas vindas do PR, SC e RS que atuam junto aos acampados e assentados do MST, junto aos povos indígenas, aos catadores de papel de Curitiba e Porto Alegre, aos portadores do vírus HIV, a crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. O Seminário foi uma promoção da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB.

EVENTOS IHU

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

No último dia 9 de outubro, aconteceu mais uma edição do *Ciclo de Estudos sobre o Brasil - 2ª. Etapa*, na sala 1G119 do IHU. O Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE) - Centro de Estudos Econômicos e Sociais - Núcleo de Estudos do Estado e do Sistema Financeiro, falou sobre o livro *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes. Confira no *IHU On-Line* número 78, de 6 de outubro de 2003, a entrevista concedida pelo professor sobre o tema.

Ecoss do Evento

“A explanação foi excelente. O professor mostrou um conhecimento profundo do tema e transmitiu paixão ao falar, o que é um diferencial hoje em dia nas palestras a que assistimos. Como sou formando em História, é importante saber mais sobre o Brasil, e esta oportunidade foi ótima para aprofundar o conhecimento”.

Leandro Camargo de Souza, aluno do curso de História da Unisinos.

“Foi maravilhoso. Eu gostaria que o professor Carlos Paiva voltasse. Sugiro que seja feito um Ciclo de Estudos sobre a América e outro sobre pensadores clássicos, inseridos na discussão do dia-a-dia. O

professor procurou passar a visão de Florestan Fernandes e resgatou a parte histórica do Brasil colonial, trazendo esses assuntos para uma perspectiva atual. Ele foi instigador, permitindo que as pessoas pensassem e saíssem da palestra cheias de novas idéias”.

Cleunice Gunlach, aluna do curso de História da Unisinos.

Na próxima quinta-feira, dia 16 de outubro, o Instituto Humanitas Unisinos traz à Universidade o Prof. Francisco de Oliveira, durante a programação do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, das 20h às 22h, no Auditório Central (Centro de Ciências Humanas). Francisco de Oliveira abordará o tema *Perspectivas do Brasil com o novo governo*. Professor titular (aposentado) de Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP, Oliveira obteve o Pós-Doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris - France. É doutor em Sociologia pela USP, com tese intitulada *Cosiderado Notório Saber pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP*. Francisco de Oliveira é autor de vários livros, entre eles citamos **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981 (reeditado este ano pela Boitempo Editorial); **O elogio do dissenso**. São Paulo: Discurso Editorial/USP, 1996; **Aproximação ao Enigma: o que quer dizer desenvolvimento social?**. São Paulo: Polis, 2001.

O evento é gratuito e aberto aos membros de toda a comunidade acadêmica que deseja debater esta significativa temática dos dias atuais.

IHU IDÉIAS

JÚLIO DE CASTILHOS E O PRR: DA OPOSIÇÃO AO GOVERNO

Dia 16 de outubro, **IHU Idéias** continua tratando do tema Júlio de Castilhos na sala 1G119, das 17h30min às 19h. A Prof^a. Dr.^a Eloísa Capovilla Ramos, do PPG em História, da Unisinos falará sobre o tema *Júlio de Castilhos e o PRR: da oposição ao governo*. Eloísa Capovilla é graduada em História, mestre em História pela UFRGS, com dissertação intitulada *O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*, e doutora em História pela UFRGS, tendo a sua tese o título *O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras - São Leopoldo 1858-1930*. Atualmente, a professora desenvolve os projetos de pesquisa *A produção historiográfica no Rio Grande do Sul - anos 1980 e 1990* e *Representações da identidade açoriana nos discursos de autores luso-açorianos e sul-rio-grandenses*. É também co-autora do livro **Sociedade Orpheu: da história de um nome à identidade de um clube**. Porto Alegre: Palotti, 1998.

Confira, a seguir, a entrevista concedida pela professora Eloísa a IHU On-Line, adiantando aos leitores e leitoras a maneira como conduzirá a temática na próxima quinta-feira:

IHU On-Line- Qual é a importância de Júlio de Castilhos no Partido Republicano Rio-grandense (PRR)?

Eloísa Capovilla- Júlio de Castilhos é um dos fundadores do Partido e vai se transformar na principal personagem do PRR a partir de 1872. O PRR foi fundado em dezembro de 1870, no Rio de Janeiro, depois em São Paulo, mas, nesses dois lugares, ele nasce sob o signo do Partido Liberal (PL), é formado com dissidentes do PL. No Rio Grande do Sul, é diferente, o grupo é mais heterogêneo. No final de 1870, há três lugares no Estado com núcleos do Partido Republicano: Palmeira das Missões, Porto Alegre e Passo de São Borja. Havia também, em

São Paulo, um grupo de estudantes gaúchos que havia fundado o chamado *Clube Republicano 20 de setembro*, do qual faziam parte Joaquim Francisco de Assis Brasil, o próprio Júlio Prates de Castilhos e outros. Eles estavam lá estudando Direito e, nos inícios de 1880, após concluir o curso, voltaram para Porto Alegre. Em fevereiro de 1881, constituem o PRR. Eles chamaram todos os que tinham idéias republicanas. Além dos advogados, havia pessoas que não pertenciam às elites políticas, gente mais simples, profissionais liberais ou fazendeiros, e outros descontentes com os partidos Liberal e Conservador, gente disponível politicamente.

IHU On-Line- Qual foi a real influência do Partido na proclamação da República?

Eloisa Capovilla- É claro que a República não foi proclamada por eles, mas quando isso aconteceu, o Partido tinha se espalhado por toda a província do Rio Grande do Sul. A proclamação da República está ligada ao desgaste da Monarquia, das instituições, das relações entre os militares e Dom Pedro II. Havia uma camada urbana que buscava outros espaços políticos e, por outro lado, o mundo do final do século corria mais depressa que as mudanças que aconteciam aqui. Esse descompasso desgastou muitos setores. Por outro lado, os Estados Unidos se erguiam como figura a ser seguida, especialmente nessa questão da República federativa, além do que toda a América Latina já era República. Os republicanos estavam principalmente entre os militares. Foram eles que proclamaram a República. Poder-se-ia dizer que foi também um golpe o que aconteceu no dia 15 de novembro, um golpe militar que derrubou o Gabinete de Ouro Preto. Alguém disse: “Viva a República”. Outros repetiram. E a República foi proclamada. O povo ficou olhando... O Partido Republicano, em si, era muito pequeno no Brasil, na época, mas depois se tornou único. A oposição se tornou muito pequena. Todos os estados eram republicanos e todos eram do governo, embora as oposições fossem pessoais, mas todos eram do PRR.

IHU On-Line- O que caracterizava o PRR antes de ser governo?

Eloisa Capovilla- O PRR, na propaganda, não tem muito claramente uma matriz ideológica positivista, nem todos os membros do Partido eram positivistas. O positivismo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros vai aparecer a partir de idéias discutidas na Faculdade de Direito. Alguns professores positivistas trouxeram essa corrente para o Brasil cercada de sugestões que podiam ser boas em termos de um governo. Havia uma série de princípios que o Partido Republicano Rio-Grandense colocava como importantes, que não eram necessariamente positivistas e que eram bandeiras dos outros partidos também. Esses valores foram colocados no PRR e, muitas vezes, foram lidos incorretamente como positivistas. O positivismo frisava alguns princípios que considerava importantes, como por exemplo, a crença numa forma de governo republicano e ditatorial, um federalismo radical, um governo das classes conservadoras, a ordem como base para o progresso social expressa na idéia de “conservar melhorando”, era uma “revolução” dentro da ordem, a defesa de liberdades individuais, a abolição da escravidão, separação entre Igreja e Estado, educação primária universal, equilíbrio orçamentário, etc. Mas muitas dessas idéias eram partilhadas por outros setores liberais e conservadores, embora o positivismo se apropriasse muito delas.

IHU On-Line- E quais as principais diferenças quando o Partido chegou ao governo?

Eloisa Capovilla- Alguns princípios que eram bandeiras do PRR no governo não apareceram na propaganda. O principal deles foi a questão do poder Legislativo, porque, quando o PRR chegou ao poder e a Constituição Castilhista de 1891 foi posta em prática, ficou muito claro que o Partido pensava o Legislativo sendo somente orçamentário. Quem fazia as leis ou era o executivo, ou eram as câmaras municipais, como diziam eles, “qualquer cidadão”, mas, na

prática, o cidadão podia mandar idéias, e o governo aceitar ou não, portanto, era o governo. Esta é uma das coisas que vai fazer com que vários republicanos da propaganda, quando o PRR chega ao poder, rompam com o Partido. Aparece, nesse momento, um positivismo que estava escondido durante a propaganda, mais sectário e radical. Com a morte de Castilhos, com câncer na garganta, aos 43 anos, Borges de Medeiros, que era governador, assumiu também a direção do Partido: era autoridade única. A oposição nunca mais, por 40 anos, chegou ao poder, só vai chegar quando apóia Getúlio Vargas como candidato de consenso. Mas, a marca do PRR, embasado numa Constituição que era diferente da Constituição Federal, porque era de um republicanismo radical e autoritário, foi muito forte.

IHU On-line – Quais as estratégias mais importantes do Partido para se consolidar com tanta força no Rio Grande do Sul?

Eloisa Capovilla- O Partido Republicano do Rio Grande do Sul teve uma estrutura muito interessante para o século XIX. Traçou um esquema de organização, uma estruturação que se constituiu em sua espinha dorsal. O PRR chegava aos lugares mais remotos por meio de clubes e núcleos republicanos. Foram fundados também diversos jornais. Lembro que os jornais do século XIX eram políticos, porta-vozes dos partidos. Os jornais eram uma ponte entre o grupo dirigente de Porto Alegre e os grupos do interior. A imprensa partidária publicava as cartas e adesões de novos membros e novos núcleos de simpatizantes. Esses jornais permitem hoje que possamos fazer uma leitura de como foi crescendo ano a ano, no período da propaganda, esse Partido, dão visibilidade à estratégia do PRR e fazem ver como é difícil desestruturar um partido que tem representações locais e a necessidade dos partidos de ter essa representação. Acho que o PRR deu uma lição em termos de estratégia partidária. Um outro aspecto que os líderes salientavam era a celebração de determinadas datas, como o 14 de julho, dia da Revolução Francesa, o 20 de setembro, dia da Revolução Farroupilha e o 21 de abril, Tiradentes, que já estava sendo construído como o mártir da independência, reelaborado como quem morreu pela República, assassinado pelo Império. Nessas datas, viajavam para o interior, e os grupos dirigentes faziam grandes festas com churrasco, palestras e depois se filiavam novos membros ou se abriam novos clubes republicanos. Aqueles momentos eram reproduzidos nos jornais e nas atas. Um outro instrumento fortemente usado, além das datas, eram os símbolos, por exemplo, os da Revolução Francesa, porque marcavam o rompimento com a Monarquia. Um personagem importantíssimo na propaganda republicana, que é o Assis Brasil, em seus documentos pessoais tinha uma frase latina e o desenho do barrete frígio. De todos os republicanos do Estado, ele era o mais rico, grande proprietário de terras, no entanto assinava como o povo na Revolução Francesa.

IHU On-Line- Ainda há sinais castilhistas no Rio Grande?

Eloisa Capovilla- Diz-se que o castilhismo continua a marcar nossa política, é uma forma de governar. Uma coisa é certa, Borges foi cinco vezes reeleito e sempre com fraude. O gaúcho ficou com uma ferida em relação a isso e nunca mais reelegeu um governador, mas, há uma influência castilhista na nossa forma de fazer política. A própria forma getuliana de governar foi influenciada pelo castilhismo. Não porque Júlio de Castilhos ou Borges de Medeiros tivessem um viés populista, e sim por uma concepção autoritária de governo representado por intelectuais “aptos para governar”, idéia própria do positivismo. O próprio Brizola seria uma forma renovada de origem castilhista.

JÚLIO DE CASTILHOS E BORGES DE MEDEIROS: A PRÁTICA POLÍTICA NO RS

Na última edição do IHU Idéias, dia 9 de outubro de 2003, o historiador Gunter Axt, falou ao público do evento sobre o tema de sua tese de doutorado: *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS*. O professor iniciou salientando a importância de falar em Júlio de Castilhos no ano do centenário de sua morte. Ele desenvolveu sua explanação a partir das relações de poder no Rio Grande do Sul, com o modelo coronelista e encerrou lançando a questão: O período castilhista-borgista era ditadura?, argumentando que eram governos autoritários, conservadores e não-progressistas.

Ecoss do Evento

“A palestra foi muito importante para mim. Estou fazendo meu trabalho de conclusão sobre a biografia de um político de Pelotas (Cipriano Correa Barcelos) e é fundamental embasar com o contexto. Achei interessante a forma como ele abordou a intervenção do Estado na economia dos municípios e a forma como se estruturou o Partido Republicano por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros”.

Jaldo Castro, aluno do curso de História da Unisinos.

“O professor Gunter foi interessante, porque, em sua fala, ele conseguiu desmistificar alguns fatos da história do Estado, o que não acontece na educação formal das escolas e universidades. O mérito da palestra dele foi justamente o ato de “levantar os véus” desses acontecimentos. Seria importante organizar mais exposições para iluminar certas épocas ou fatos específicos, dando uma visão mais crítica dos mesmos”.

Prof. MS Erno Wallauer, professor do Centro de Ciências Humanas.

Acompanhe a programação do IHU Idéias para o mês de outubro:

23/10/03 – “A contribuição do gaúcho para a construção da identidade nacional” - Prof. Dr. Donald Schüller, professor aposentado na UFRGS.

30/10/03 - “Produção e regulamentação: as barreiras da televisão” - Prof. Dr. Valério Brittos, professor na Unisinos.

O IHU Idéias é um evento gratuito que acontece todas as quintas-feiras, na sala 1G119, junto ao IHU, das 17h30min às 19h. Ao final da explanação, sempre são servidas bebidas: chocolate quente, café e água.

HUMANITAS ARTE

A segunda edição do evento **Humanitas Arte** iniciou no último dia 6 de outubro. O artista plástico Paulo Chimendes impressionou o público com suas obras de litografia expostas no saguão da Biblioteca da Unisinos, e com a oficina gratuita sobre litografia, ministrada nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2003, no mesmo local da exposição. Chimendes trouxe a prensa e demais instrumentos para a realização de uma gravura litográfica coletiva com os participantes da oficina. A exposição estende-se até o dia 17 de outubro. A mostra estará aberta das 8h às 22h. Confira os depoimentos de alguns participantes da oficina.

“Adorei a oficina. Achei maravilhosa a descoberta de um novo tipo de arte da qual eu não conhecia nada. Gosto de gravuras, mas não tinha visto como se faz a litogravura. Só não tive coragem de desenhar”.

Ana Carolina Matte, formada em Comércio Exterior pela Unisinos.

“Gostei de aprender a técnica litográfica, uma outra forma de produção de imagem, com uma técnica bem manual. Numa época digital, isso é uma agradável novidade. Achei muito bom a Universidade propiciar uma atividade como essa aqui dentro, sem que a gente precise se deslocar. Parabéns pela iniciativa!”

Liandro Bulegon, aluno do curso de Publicidade e Propaganda da Unisinos.

“Foi uma experiência nova entrar para o mundo das artes. A técnica da litografia é impressionante, e o processo para o resultado é surpreendente. Eu desenho e faço escultura esporadicamente, como terapia. Aprender sobre litografia foi ótimo”.

Cláudio Resende, aluno do curso de Ciências Sociais da Unisinos.

SALA DE LEITURA

No último dia 7 de outubro, a poesia ressoou com toda a sua força e voracidade pela sala 1G119 do Instituto Humanitas, durante o evento **Sala de Leitura**, promovido pelo IHU. A apresentação do livro de poesias **Caixa de Sapatos**, de Fabrício Carpinejar. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, foi motivo de discussão, debate e devaneio poético entre o autor, sua mãe, Maria Carpi, e o público presente. Fabrício leu poemas de sua mãe e ela leu poemas do filho. O poeta e jornalista falou sobre a arte da poesia e sobre sua última obra, uma antologia de seus livros anteriores. Durante a explanação, Fabrício e sua mãe completaram-se no discurso poético. “O poeta deve escrever o que é pessoal dele, para que possa atingir o universal. Quanto mais normal ele for, mais especial ele é”, salienta. Ao término do evento, o coordenador do IHU, Prof. Dr. Inácio Neutzling, afirmou que foi um dos momentos mais densos e significativos nos dois anos de existência do Instituto Humanitas Unisinos.

Ecoss do Evento

“Foi excelente, muito proveitoso para mim, que estou no processo de tentar escrever. Foi ótimo quando ele abordou a questão de abrir as metáforas, de não subverter o sentido das coisas”.

Jader Batista, aluno do curso de Ciências Sociais.

“Adorei a fala do Fabrício. Ele tem muito esse dom de passar o sentimento. Estou encantada com o trabalho dele. É interessante que a Unisinos proporcione esses momentos. Acabo de participar da oficina de litografia com o Paulo Chimendes e venho para cá me esbaldar na poesia”.

Rosana Almendaris, artista plástica.

“O que mais me fascina na pessoa e na poesia de Fabrício Carpinejar é a capacidade que ele tem de tirar uma idéia de dentro da outra. Ele surpreende tentando colocar ganchos; melhor: ele é só ganchos. Tira um coelho de dentro da cartola, depois outro, depois outro, e assim sucessivamente...”

Gilson Camargo, jornalista e editor da Revista Carta Capilé, de São Leopoldo.

A próxima edição do evento **Sala de Leitura** será dia 28 de outubro de 2003, com a apresentação do livro **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo: Unisinos, 2003, de Castor Bartolomé Ruiz, professor no PPG em Filosofia da Unisinos. A apresentação acontecerá na sala 1G119 do IHU, das 17h30min às 19h. Aos participantes serão oferecidos vinho e água ao final da explanação.

IHU REPÓRTER

Ernesto Lavina

Ernesto Lavina, natural de Porto Alegre, bairro Teresópolis, filho único, guarda nas suas lembranças de infância a imagem de Porto Alegre com grandes espaços vazios, para brincar e jogar futebol. O pesquisador tem dividido os últimos anos de sua vida entre a graduação e a pós-graduação, sentindo-se inteiramente comprometido na construção da universidade. A infinidade de objetos na sala do geólogo, confirma uma clássica visão de que as pessoas do ramo organizam-se de uma forma muito própria, além de mostrar uma capacidade de trabalho múltipla.



Trajetória- Comecei cursando Física na UFRGS, durante dois anos, depois mudei para Geologia. Na realidade, aos 10 anos, tinha ganhado um livro chamado *Os dinossauros* e cresci pensando ser paleontólogo, como isso não foi possível, virei geólogo. Depois da Graduação, fiz o mestrado e o doutorado, tudo na mesma área e na mesma universidade, na UFRGS. Entre 1986 e 1990, trabalhei no Centro de Pesquisa da Petrobrás, no Rio de Janeiro. Foi uma experiência fantástica, primeiro mundo em termos de pesquisa.

Família- Sou casado com Denise há 20 anos, temos dois filhos: Gabriela de 10 anos e Gustavo de três. Eles são meu ponto de apoio, a base que me sustenta.

Autores- Karl Popper, Michel Foucault e Gabriel García Márquez.

Livro- *Vigiar e punir*, de Michel Foucault, discute, a partir da violência nas prisões, como o mundo moderno foi se constituindo nesses 300 anos. Depois de lê-lo, descobri que sou inteiramente disciplinado. Só a minha mesa que vive em eterna desordem.

Nas horas livres- Ler.

Uma grande paixão- As minhas paixões vão mudando. Já foi a astronomia, sou um astrônomo amador, tenho um telescópio em casa. Agora é um aquário grande que estou cuidando de perto.

Um presente- Livros.

Um sonho- Viajar, conhecer o mundo. Eu já viajo bastante pelo trabalho, mas gostaria de percorrer o mundo.

Unisinos- É a possibilidade de construir. Cheguei aqui em 1990, uma época em que quase tudo estava voltado para a graduação. A pesquisa era incipiente. Fui convidado a ajudar a montar o Programa de Pós-Graduação em Geologia, o que foi muito gratificante. A Unisinos é uma universidade em construção que passa por sucessivas revoluções e tenho a oportunidade de viver isso intensamente. Já participei do Conselho Pleno do Conselho Universitário, da reformulação do currículo, já fui coordenador de graduação e da pós-graduação desde 1999 até 2003.

IHU - Espaço importante para todo o desenvolvimento do humanismo cristão. O IHU é o lugar da Universidade onde enxergo mais claramente iniciativas nessa direção. Impressionam-me as muitas atividades que são realizadas ao mesmo tempo.

INTERATIVO

Meu Clássico

*O Prof. Dr. Luiz Rohden, do PPG em Filosofia da Unisinos, comenta, nesta edição, quem são seus autores de cabeça. Rohden é graduado, mestre e doutor em Filosofia. Sua tese de doutorado, defendida em 2000, na PUCRS, intitula-se **Experiência e Linguagem: princípios da Hermenêutica Filosófica**. O professor é autor de **O Poder da Linguagem; A 'Arte Retórica' de Aristóteles**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997; **Hermenêutica Filosófica - Entre a linguagem da experiência e a experiência da linguagem**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.*

Quais são os autores que mais influenciaram a sua formação intelectual?

Entre os filósofos, eu citaria Platão, Aristóteles, Heidegger, Gadamer, Ricoeur. Eles são importantes, porque formaram minhas duas referências fundamentais do ponto de vista intelectual: a filosofia antiga e a filosofia contemporânea. Cito aqui também Dostoiévski e Guimarães Rosa, suas obras são de muita importância, pois nelas a filosofia e a literatura se entrecruzam.

Quais os autores que mais respondem às suas inquietações atuais?

São os autores que eu trabalho e que influenciaram minha formação intelectual: Gadamer, Ricoeur, Platão, etc. Do ponto de vista filosófico-literário, eu cito Maurice Merleau-Ponty e Walter Benjamin. Aqui eu menciono a importância da realização de atividades inter e transdisciplinares, em que várias áreas do conhecimento são analisadas de forma relacional, complementar. A obra desses autores possibilita isso. A grande lição de Gadamer, por exemplo, é de aprender a ousadia de discutir, estar aberto a diferentes áreas do conhecimento. Num ambiente acadêmico, estamos acostumados a lidar com trabalhos técnicos, regidos por normas técnicas e econômicas, sem uma dimensão mais ampla, humanística e universal.

Quais os autores contemporâneos que lê com mais atenção?

Cito Paul Ricoeur, Gadamer, Husserl, Proust e Walter Benjamin. Também leio Heidegger, Dostoiévski, Edgar Allan Poe, James Joyce, Machado de Assis e Guimarães Rosa, um dos autores que mais estudo. Destaco a importância de ler filósofos contemporâneos, já que, na academia, dá-se uma ênfase quase que absoluta para os clássicos, ou considerados clássicos.

Lastimo que se menospreze, ou não se leve a sério, a filosofia contemporânea em nossos estudos. Como se só fosse bom o que morreu.

Sala de Leitura



“Iniciei a leitura de **Quem ama não adocece**, do médico Marco Aurélio Dias da Silva. São Paulo: Best-Seller, 2001 (26ª edição). A obra fala sobre a vida, sobre o ser humano, defendendo que quem se conhece, se aceita e se ama, dificilmente adocece, pois toma as devidas providências, para que isso não aconteça. O autor também acrescenta que é importante participar de outras atividades além das rotineiras do dia-a-dia, como um jogo de futebol, ou um movimento coral. Outro tópico abordado é sobre a importância de atender às necessidades do corpo para manter a saúde, como a questão de dormir bem e as horas de sono que o corpo pede – o que varia de pessoa para pessoa –, a alimentação e a observância da qualidade dos alimentos”.

Elio Schneider, graduado em Filosofia, especialista em Administração Escolar, e coordenador do Setor de Admissão e Matrícula da Unisinos.



“Estou lendo a publicação que acaba de ser lançada, de Luiz Antônio de Assis Brasil, **A Margem Imóvel do Rio**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2003. É um livro muito interessante, no qual Assis Brasil procura fazer a integração entre história e literatura. Sendo ele um grande literato, conseguiu escrever uma obra muito agradável de ler, que trata da viagem que um cronista do Império faz ao Rio Grande do Sul no ano de 1889. Ele vem ao nosso Estado com uma missão: encontrar uma pessoa que solicitou ao Imperador um título de barão. Tendo esse objetivo, ele faz, então, toda uma descrição do ambiente que caracteriza o Rio Grande do Sul, como as estâncias. À medida que ele faz essa viagem, vai se voltando para dentro de si. A viagem resulta não propriamente no sucesso da missão, já que ele não chega a ter certeza quanto à pessoa que tinha vindo procurar. O grande sucesso da missão foi a mudança do modo de ser do viajante de encarar a vida”.

Prof.ª Dr.ª Beatriz Franzen, doutora em História e professora do PPG em História da Unisinos.

Errata:

Na edição impressa do boletim **IHU On-Line** da semana passada, estava incompleta a última frase da entrevista de Carlos Águedo Nagel Paiva, sobre sua apresentação, no **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, no dia 9 de outubro na Unisinos, em que abordou o livro **A revolução burguesa no Brasil**, de Florestan Fernandes. Reproduzimos a íntegra da resposta:

"Florestan Fernandes é a chave para entender como se processam as relações entre estrutura política e econômica que obriga a ambas a mudar numa determinada velocidade. Não existem grandes revoluções políticas, mas existe uma mudança política permanente que responde às pressões da base econômica. Florestan ajuda demais a entender o governo Lula".

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaña (soniam@icaro.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilé Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula internamente na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinto@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS